



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**KANNANDA EMILLY PADILHA DA SILVA**

**ANÁLISE DE PRODUÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO SERVIÇO SOCIAL QUE  
VERSAM A INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA E GÊNERO, SOBRE CORPOS  
DE MULHERES NEGRAS**

**Miracema do Tocantins, TO**

**2022**

**Kannanda Emilly Padilha da Silva**

**Análise de produções contemporâneas do Serviço Social que versam a Interseccionalidade de raça e gênero, sobre corpos de mulheres negras**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Profa. Dra. Cecília Nunes Froemming

Miracema do Tocantins, TO

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- S586a Silva, Kannanda Emilly Padilha da.  
Análise de produções contemporâneas do Serviço Social que versam a Interseccionalidade de raça e gênero, sobre corpos de mulheres negras. / Kannanda Emilly Padilha da Silva. – Miracema, TO, 2022.  
64 f.  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2022.  
Orientadora : Cecília Nunes Froemming  
1. Racismo. 2. Sexismo - Mulheres negras. 3. Relações de gênero. . 4. Feminismo. I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

KANNANDA EMILLY PADILHA DA SILVA

ANÁLISE DE PRODUÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO SERVIÇO SOCIAL  
QUE VERSAM A INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA E GÊNERO, SOBRE  
CORPOS DE MULHERES NEGRAS.

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, curso de graduação em Serviço Social, foi avaliada para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela banca examinadora.

Data da aprovação: 14/07/2022

Banca examinadora:

---

Prof. Dra. Cecília Nunes Froemming, UFT

---

Prof. Dr. Davi Machado Perez, UFOP

Documento assinado digitalmente

ROSEMEIRE DOS SANTOS

Data: 07/11/2022 09:26:12-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Prof. Dra. Rosemeire dos Santos, UFT

BIANCA PEREIRA DA SILVA

Data: 11/11/2022 15:51:28-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Mestranda Bianca Pereira da Silva, UFT

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico este trabalho à todas e todos que de alguma forma me impulsionaram a trilhar o caminho da graduação.

Amigas (os) de mais longa data, amigas (os) que a Universidade Federal do Tocantins – UFT e o estado do Tocantins me proporcionaram. Não caberia aqui citar o nome de todas (os), pois fui agraciada a encontrar pessoas realmente humanas, prestativas e amigas, desde antes da matrícula na UFT, à chegada na cidade de Miracema do Tocantins, e toda minha trajetória até esta fase de finalização.

Agradeço grandemente aos professores da UFT que tive a honra em ter aula e essenciais aprendizados, em especial à minha querida orientadora Professora Dra. Cecília Nunes Froemming por partilhar a sua sabedoria, conhecimento e experiência acadêmica, por toda compreensão para com os meus processos pessoais, pela troca de saberes e pela autonomia dada para que construíssemos este trabalho.

Ao aceite da Banca Examinadora, composta pela Professora Dra. Rosemeire dos Santos, Professor Dr. Davi Machado Perez e Mestranda Bianca Pereira da Silva, agradeço pelo tempo cedido, os apontamentos e considerações, e ainda, o carinho em todas as contribuições importantes para este trabalho.

Por fim agradeço à minha mãe Sueli da Silva e ao meu padrasto Dirceu Borges, e aos meus familiares pelo apoio em todos os âmbitos e incentivo durante a minha graduação e vida.

O afeto de todas e todos que me rodearam foi de extrema importância para a construção, o caminho, e o encerramento de mais este ciclo. Sem estes, eu nada seria.

Obrigada!

## RESUMO

Objetivamos na presente pesquisa, analisar os conteúdos delimitados que pautassem acerca da transversalidade de gênero e raça, e que atravessam a dimensão dos corpos de mulheres (des) sexualizadas e racializadas, na área do Serviço Social, e as implicações para o exercício profissional. A importância da discussão acerca da questão racial e da sexualização dos corpos negros femininos, pensando nos espaços sociais ocupados por estes e as relações sociais de opressões, se faz necessária para compreendermos os padrões e os estereótipos racistas e sexistas que a ideologia dominante instituiu aos corpos negros, discursos que foram naturalizados ao longo do tempo na formação social brasileira. Tratar do racismo e do sexismo, enquanto estruturantes do capitalismo no Brasil, se faz necessário para a compreensão das relações sociais das quais estabelecem expressões da Questão Social, e que se põem como inerentes para sustentação deste sistema. A hegemonia burguesa utiliza das tecnologias de controle para reforçar o padrão imposto e aceito socialmente. Considerando as relações de dominação-exploração em sua totalidade, partimos da metodologia qualitativa, articulada à análise de conteúdo, as pesquisas documental e bibliográfica foram trabalhadas em perspectivas feministas.

**Palavras-chave:** Racismo. Sexismo. Mulheres negras. Relações de gênero. Feminismo.

## **ABSTRACT**

In this research, we aimed to analyze the delimited contents that were based on the transversality of gender and race, and that cross the dimension of the bodies of sexualized and racialized women (des) in the area of Social Work, and the implications for the professional exercise. The importance of the discussion about the racial issue and the sexualization of black female bodies, thinking about the social spaces occupied by them and the social relations of oppression, is necessary to understand the racist and sexist patterns and stereotypes that the dominant ideology instituted to black bodies, discourses that were naturalized over time in the Brazilian social formation. Dealing with racism and sexism, as structuring capitalism in Brazil, is necessary to understand the social relations from which they establish expressions of the Social Question, and which are inherent in the support of this system. Bourgeois hegemony uses control technologies to reinforce the socially accepted and imposed standard. Considering the relations of domination-exploration in its entirety, we start from the qualitative methodology, articulated to content analysis, documentary and bibliographic research was worked in feminist perspectives.

**Keywords:** Racism. Sexism. Black women. Gender relations. Feminism.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados gerais da população por raça/cor e gênero/sexo – Brasil, 2020 ...	38
Tabela 2 - Distribuição da população por raça/cor e gênero/sexo, segundo as grandes regiões – Brasil, 2019.....	38
Tabela 3 - Proporção de assentos ocupados por eleitas e parlamentos nacionais, por cor ou raça – Brasil, 2018 .....	39



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Distribuição da População por raça/cor e grande regiões - Brasil, 2019 .39	
Gráfico 2 - Proporção de assentos ocupados por eleitas e parlamentos nacionais, por cor ou raça – Brasil, 2018 .....	40
Gráfico 3 - Assentos ocupados por mulheres na Câmara dos Deputados - Brasil, 2018 .....	40
Gráfico 4 - Vítimas de feminicídio e demais mortes violentas intencionais de mulheres, por raça/cor – Brasil, 2020 .....	41
Gráfico 5 - Vítimas de feminicídio de mulheres, por idade – Brasil, 2020 .....	41
Gráfico 6 - Taxa de homicídios femininos e feminicídios, por UF. Brasil, 2020 .....	42
Gráfico 7 – Categorias-chave versus artigos.....	47
Imagem 1 – Nuvem da frequência de palavras dos sete artigos analisados.....	46

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO À NATURALIZAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS RACISTAS E SEXISTAS.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>Multirracionalização através da violação dos corpos de mulheres negras.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2</b>	<b>Democracia racial para qual raça?.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3</b>	<b>Identidade Nacional e Identidade da Mulher Negra.....</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>OS CORPOS NEGROS FEMININOS NA PESQUISA ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1</b>	<b>Metodologia.....</b>	<b>33</b>
<b>3.2</b>	<b>Contextualização e amostragem dos dados.....</b>	<b>35</b>
<b>3.2</b>	<b>Análise dos artigos e representação das entidades do Serviço Social.....</b>	<b>43</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve o objetivo em analisar os conteúdos delimitados, que pautassem acerca da transversalidade de gênero e raça, e que atravessam a dimensão dos corpos de mulheres (des)<sup>1</sup> sexualizadas e racializadas, na área do Serviço Social, e as implicações para o exercício profissional do assistente social.

Partiu-se da hipótese que as relações sociais e étnico-racial, colocam a população marcada enquanto negra, em condição de inferioridade em relação aos marcadamente pertencentes a raça branca, tendo em vista o racismo, que é estruturante no modo de produção capitalista e que assume feições particulares na sociedade brasileira, seja através das expressões/ manifestações da Questão Social<sup>2</sup>, seja no âmbito do alcance das políticas públicas.

Tratar do racismo e do sexismo, enquanto estruturantes do capitalismo no Brasil, se faz necessário para a compreensão das relações sociais das quais estabelecem as mais variadas expressões da Questão Social, e que se põem como inerentes para sustentação deste sistema. Compreende-se aqui, o sexismo como expressão do patriarcado, que passam a afligir também as mulheres negras, quando as mesmas passam a fazer parte das relações sociais de classe.

As técnicas de análise de conteúdo, do levantamento bibliográfico e diretrizes que foram adotadas portaram-se como suporte essencial para o alcance das hipóteses levantadas. Pretendendo os objetivos específicos: a) realizar levantamento bibliográfico das produções do Serviço Social que perpassam o debate de raça e gênero; b) problematizar o debate de gênero e raça nas publicações contemporâneas do Serviço Social; c) realizar levantamento sobre os posicionamentos das entidades representativas do Serviço Social acerca da interseccionalidade de raça e gênero e por fim, d) analisar todos os levantamentos criticamente afim de subsidiar o debate proposto neste trabalho.

Utilizou-se da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica. A pesquisa documental consistiu na coleta de dados e indicadores sociais no delineamento de

---

<sup>1</sup> Mulheres que não se enquadram no padrão da feminilidade imposta, são lidas como “menos” mulheres. Enquanto alguns corpos são hipersexualizados, outros são encarados como inexistentes.

<sup>2</sup> A Questão Social é indissociável da sociabilidade capitalista e envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2009, p. 16).

raça, gênero e idade, que foram extraídos de publicações da categoria e entidades representativas do Serviço Social. Escolhemos três entidades de representação, sendo o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, o Conselho Regional de Serviço Social do Tocantins- CRESS-TO, e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

A análise de conteúdo fundamentou-se no levantamento de produções por teóricas negras, na revisão bibliográfica, e na sistematização e sínteses de artigos científicos que abarcam o tema proposto. As análises foram trabalhadas em perspectivas feministas, para a leitura crítica e a compreensão, aprofundando no debate de gênero e o corpo negro feminino, entendido aqui, enquanto um corpo político e de resistência, que está inserido nas relações de reprodução social.

A importância da discussão acerca da questão racial e da sexualização dos corpos negros femininos, pensando nos espaços sociais ocupados por estes e as relações sociais de opressões, se faz necessária para compreendermos os padrões e os estereótipos racistas e sexistas que a ideologia dominante instituiu aos corpos negros, desde a inferiorização e a “coisificação” justificadas pelas teorias científicas do século XIX, da hipersexualização e da fetichização como produtos sexuais. Processos estes impostos culturalmente no espaço sócio-histórico, até a contemporaneidade, em que, a hegemonia burguesa utiliza das tecnologias de controle para reforçar estes padrões.

O capitalismo propaga a necessidade de enquadramento social através de imposições de status a serem alcançados para se ter uma felicidade plena, como para além de bens materiais, o padrão estético idealizado (se pensando que é um padrão branco e hétero, já excluí pessoas não brancas e não héteros, do alcance), é um exemplo.

E foi no espaço acadêmico enquanto graduanda de Serviço Social, que me vi enquanto sujeito de direito, e dotada de um corpo político. Na minha experiência enquanto aluna, estive em contato com as questões étnicos raciais, de gênero, discussões sobre machismo, sexualidade, de forma presente e contempladora, em um projeto de extensão da UFT do Núcleo de Pesquisa Sexualidade, Corporalidades e Direitos – Encontro de Diálogos Interdisciplinares - EDIS, e em disciplina optativa já ao final da graduação. Nas disciplinas ditas obrigatórias, no geral, foram pouquíssimas que traziam para o debate da disciplina a interseccionalidade de raça e gênero em conjunto ao debate de classe social.

Desse modo, este trabalho tem como foco, analisar as produções contemporâneas do Serviço Social que versam a interseccionalidade de raça e gênero sobre corpos de mulheres negras sexualizadas e ainda, fazer um paralelo com a construção da identidade nacional brasileira, levando em consideração a construção da identidade das mulheres negras, os aspectos culturais e os impactos históricos - sociais que ensejam para este debate, tendo em vista a atual conjuntura política.

Pretende-se facilitar à uma compreensão mais robusta das categorias do racismo e do sexismo que entendemos enquanto estruturantes da sociedade brasileira contemporânea, e também pretendemos contribuir para a defesa dos direitos das mulheres negras, que ao largo dos tempos vivenciam a anulação das decisões de seus próprios corpos, a padronização da feminilidade do corpo da mulher negra, como a figura da mulata.

Por fim, traçar-se aportes teóricos que possam agregar à construção de identidades de mulheres negras e para a desconstrução dos padrões impostos pelo ideal hegemônico, assim bem como contribuir à luta do feminismo negro, que almejam a superação do racismo e do sexismo enquanto estruturantes do sistema capitalista.

## **2 DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO À NATURALIZAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS RACISTAS E SEXISTAS**

O passado colonial e escravagista do Brasil perpetua ainda na contemporaneidade, através da apropriação, opressão e exploração do trabalho humano, no sentido de que, o ranço conservador e ultrapassado da elite brasileira e das relações de classe, não romperam com a herança histórica na sociabilidade (modernização conservadora), apesar das leis configuradas na Constituição Federal de 1988.

No período da monarquia o processo de independência, passou a ser apoiado pelos pequenos burgueses que visavam lucrar e viabilizar seus interesses, reivindicando a participação política aderindo as ideias liberais. Para os escravos este interesse se dava com a possibilidade de liberdade, e quando esta ocorreu, eles não foram integrados na vida urbana.

### **2.1 Multirracionalização através da violação dos corpos de mulheres negras**

O racismo enquanto estrutural, não viabilizou ao recém liberto condições essenciais para que o mesmo se promovesse na crescente sociedade formada. Pois “[...] após a Abolição, no entanto, houve um período no qual o negro não encontrava possibilidades de se integrar economicamente e encontrar a sua identidade étnica de forma não fragmentada e confusa” (MOURA, 1994, p. 211).

E também, como destaca Giuseppe Tosi:

[...] em primeiro lugar, porque a população escrava ficava totalmente excluída do corpo político, pois não era considerada como conjunto de sujeitos de direito. Escravos eram mercadorias, coisificados [...] (TOSI 2004, p. 138).

Após a abolição, a sorte foi lançada a população não branca, em destaque neste trabalho - os negros, na busca de autonomia e enquadramento no capitalismo brasileiro, o que na prática, o mercado e a sociedade que se mantiveram conservadores e racistas, não abrindo espaços para a participação do negro no meio social. Sem meios de subsistência e nenhuma proteção do Estado, os sujeitos negros foram afastados dos centros urbanos, formando as comunidades periféricas, favelas,

aglomerados, habitando em barracões de madeira sem as condições básicas de salubridade, como saneamento básico e a estrutura das casas.

As mulheres negras foram integradas nos trabalhos domésticos nas casas de seus antigos senhores, trabalhando para os brancos, continuando na posição de submissão e condições de tratamento precários. A mulher provia o sustento da família, pois os homens não eram aceitos no mercado de trabalho. E ainda com o processo de branqueamento da população brasileira em curso, os trabalhadores europeus, ocupavam os postos de trabalhos nos espaços urbanos.

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. [...] Após o trabalho pesado na casa grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos, etc., quase mortos de fome e cansaço (GONZALEZ, 2018, p. 39).

As famílias negras estavam sujeitas a permanecer sem escolaridade, sem dignidade, sem acesso as satisfações de suas necessidades em sentido amplo, condicionados a pauperização e a miséria. As formas de manifestação cultural e religiosa de raiz africana, ficaram condicionadas à demonização, criminalizadas e proibidas de serem manifestadas perante a sociedade.

As condicionalidades postas, prosseguiu afetando o recém liberto, que continuou sendo enxergado sem sua condição de humanidade, assim, não lhe era permitido, mesmo que na categoria de homem livre, acessar os trâmites de satisfação das suas necessidades físicas, e principalmente espiritual. De acordo com Florestan Fernandes (2008): “[...] predominavam certas tendências universais de ajustamento, que excluía o negro e o mulato da convivência íntima do lar, de certos serviços e posições sociais, do casamento – enfim, da condição de pessoa irrestritamente igual ao “branco”” (p. 390).

O cenário político no país continuou caótico, fraudulento e sem participação da sociedade civil. Os que detinham poder era parte da elite e pequeno escalão, usando das forças coercitivas e de repressão para comandar e manter uma ordem social. Os negros não tinham direitos civis, sua condicionalidade humana lhe era negada e não havia espaços de debate e conscientização acerca destes, pelo contrário, fomentavam os estereótipos racistas e sexistas.

No livro “Cidade das mulheres”, a autora norte-americana Ruth Landes, descreve, a forma como o Brasil foi visualizado ainda em décadas passadas, de

forma estereotipada por outros países, incluindo os sul-americanos, quando em sua viagem ao Brasil nos anos de 1938-1939, afim de pesquisar as relações de classe e raça, um argentino a abordou fazendo o seguinte relato: “Você vai para o país dos macacos! Ora, são todos pretos, atrasados como na África. Você os encontrará balançando-se nas árvores, suspensos pelo rabo. Seria melhor ir à Argentina, onde estão os brancos.” (LANDES, 2002, p. 39).

Na era Vargas (período entre os anos de 1930 e 1945) - o Estado Novo, o atraso político era justificado pela quantidade de negros que habitavam o Brasil, o presidente e seus ministros usavam destas falácias para justificar a ditadura iminente. A negritude era associada a perspectivas negativas e primitivas e usavam dos negros para justificar os atrasos em todos os âmbitos e a ditadura em curso.

Conforme Landes retrata em seu livro, nas palavras de Osvaldo Aranha – ministro no governo Vargas, o mesmo após questionar a autora sobre sua vinda ao Brasil, um país tido como atrasado, primitivo, ele completou dizendo:

[...] devo dizer-lhe que o nosso atraso político, que tornou essa ditadura necessária, se explica perfeitamente pelo nosso sangue negro. Infelizmente. Por isso, estamos tentando expurgar esse sangue, construindo uma nação para todos, “embranquecendo” a raça brasileira (LANDES, 2002, p. 41).

O intuito de embranquecer a população brasileira, embasado em teses racistas e ultrapassadas do século XIX, que afirmavam que o negro iria ser extinto em um determinado espaço de tempo, através da mistura entre raças e da vinda dos trabalhadores europeus para o Brasil constituiu uma identidade nacional para o país. Entretanto, o processo de multirracionalização não fez a raça negra ser extinta, mas sim acabou criando uma nacionalização e características próprias do país por meio deste processo de mistura entre raças.

E o processo de multirracionalização, contribuiu ainda para a sexualização de corpos negros femininos, criando o termo pejorativo “mulata”, caracterizando mulheres negras de peles mais claras, cabelos encaracolados e/ou outros traços físicos que fossem evidentes da mistura do estupro do homem branco contra a mulher negra africana, enquanto corpos fáceis, úteis para a satisfação sexual dos homens brancos, submetidas a mucamas, e quanto aos homens que nasciam dessa mistura, o destino era diferente.

O termo mulata (o) era confinado por gênero. E Lélia ainda pontua que “[...] os casamentos inter-raciais nada mais foram do que o resultado da violentação de



mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos, etc.)” (GONZALEZ, 2018, p. 35). A autora pontua ainda que, por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é “mulher fácil”, de que é “boa de cama” (mito da mulata), etc. e tal (GONZALEZ, 2018, p. 110).

A hegemonia burguesa para atestar seu poder no Estado de direito, criou mecanismos ideológicos, como o mito da democracia racial, alimentando a ideia de que todos têm as mesmas oportunidades e direitos perante à lei vigente independente de raça, gênero e classe social, no entanto a própria construção social desmistifica este mito. Não é preciso ir muito longe, para que observemos qual é o maior contingente de pessoas excluídas, marginalizadas na sociedade brasileira, qual é o padrão de beleza imposto, qual a cor que predomina no que diz respeito ao acesso dos direitos, como educação pública, habitação e o próprio direito de liberdade.

Os brancos europeus na invasão ao Brasil, nominaram as etnias indígenas chamando-os de Índios, sem necessariamente considerar suas diferenças culturais, físicas, etc., somente nominaram para obter o controle e a dominação desses povos. E na escravidão dos negros, fizeram o mesmo. O negro foi tido como inferior, menos digno de tratamento humanitário, tratado como um objeto de acumulação do capital.

O conceito de raça surge para categorizar toda uma pluralidade de sujeitos de forma pejorativa, para dominar, diminuir e inferiorizar os traços fenotípicos e culturais herdados dos povos não europeus, e neste sentido a “[...] raça é uma representação cultural que estrutura relações de poder dentro de uma sociedade” (MOREIRA, 2019, p. 32).

E ainda segundo Adilson Moreira, a raça “não é um simples parâmetro de classificação biológica, mas sim uma identidade social que posiciona os indivíduos dentro das relações hierárquicas existentes em uma sociedade” (2019, p. 39).

Hoje em dia há esse resgate da cultura afro-brasileira, e apropriação dos sujeitos que se declaram negros nos dados estatísticos, na formação da identidade coletiva e do fortalecimento das múltiplas subjetividades, para fortalecer e desmistificar que como o exemplo aqui, a raça negra não é mais, ou menos capaz que sujeitos pertencentes a raça branca que se moldou como superior através da dominação e exploração e outros povos.

Ao mesmo tempo em que esses estigmas e estereótipos pressupõem o ser negro como inferior e inumano, ele engrandece e exalta o grupo opositor, a

branquitude, que não se veem enquanto um grupo racial, pois não estão condicionados à marcadores raciais de opressão, como destacado aqui, os fenótipos de herança africana. Reforçando os privilégios da branquitude e a confiança de superioridade em relação aos não brancos.

É importante a construção do letramento racial, no que se refere a mudar a ideia de uma raça ser inferior à outras, e abraçar as características físicas, culturais, enfim, a totalidade que faz parte de um grupo étnico-racial. Desconstruir os padrões impostos e idealizados se coloca como emergente para o alcance desse empoderamento étnico-racial, e ainda levando em consideração a construção da identidade, aqui delimitado mulheres negras, os aspectos culturais e os impactos históricos - sociais que ensejam a superação de todas as formas de opressão e discriminação.

A branquitude estipula a si própria enquanto referência cultural, referência estética, como referência de superioridade moral, de superioridade intelectual, de superioridade sexual e de superioridade de classe (MOREIRA, 2019, p. 39).

A construção social fomenta a desvalorização da cultura de herança africana, as formas de expressão da população negra, passam a ser criminalizadas, assim a cultura se torna violenta no intuito de oprimir os grupos inferiorizados, dentro da classe subalterna. O Estado, assim como as instituições em geral, legitima a hegemonia burguesa de forma que materializam as formas de opressão racistas nas relações de gênero e classe. As instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA, 2019, p. 31). Além disso:

O racismo institucional pode assumir quatro formas. Ele pode ocorrer quando pessoas não têm acesso aos serviços de uma instituição, quando os serviços são oferecidos de forma discriminatória, quando as pessoas não conseguem ter acesso a postos de trabalho na instituição ou quando as chances de ascensão profissional dentro dela são diminuídas por causa da raça (MOREIRA, 2019, p. 35).

O racismo estrutural, condiciona a população não branca a uma inferiorização racial, limitando estes grupos à padrões de estereótipos racistas, estigmatizados e representados nos meios de comunicação ideológicos desfavoráveis para estes sujeitos, que são minoria em relação ao alcance de direitos, políticos, sociais, econômicos, mas na parcela da população brasileira se tornaram a maioria.

## 2.2 Democracia racial para qual raça?

Há uma negação do Estado e por uma maioria da população brasileira sobre a existência do racismo, alimentam o mito da democracia racial. O Estado burguês persiste em reproduzir as desigualdades para que a classe opressora continue no poder, como afirmou Istvan Mészáros: “[...] naturalmente, a ideologia dominante tem interesse em preservar o status quo em que até as desigualdades mais patentes já estão estruturalmente entrincheiradas e garantidas” (2004, p. 327).

Esse mito da democracia racial, romantizou por anos a relação ilusória dos brancos com os negros, principalmente no trato das relações afetivas, em que, prevaleceu a ideia de que as mulheres negras naturalmente herdavam o dom da maternidade, o amor inquebrável materno pelos filhos dos brancos, abrindo mão da sua própria busca por felicidade e vínculo familiar com os seus iguais.

Assim, como entendido, tal mito defendido por autores e teóricos importantes da época passada, dava a impressão ilusória de escolhas para a população não branca, no entanto, à negra chamada pela elite branca de mucama, não havia direitos ou opções de escolha para trabalhar e buscar por renda, e assim sucessivamente com todos os corpos negros subjugados. Como bem trabalhado pela autora Ana C. Pereira (2016) em sua tese, quando a mesma coloca que “[...] no quadro pintado por Freyre, as negras inserem-se em no projeto de nação a partir de uma função cuidadora, que cristaliza lugares hierarquizados entre as agentes cuidadoras e os objetos do cuidado” (PEREIRA, 2016, p. 111).

Na visão Freyriana, o tal processo de multirracionalização era visto como positivo e naturalizado as relações sexuais multirraciais, no sentido de que a mistura racial era a comprobatória da democracia racial que supostamente existia no Brasil. E no âmbito político nacional, essa violação que existia sobre os corpos negros era justificada e encarada como avanço econômico. E aqui utiliza-se da teoria de Moura quando diz que “[...] a miscigenação (fato biológico) por outro lado, não criou uma democracia racial (fato sócio - político). Ela estava subordinada a mecanismos sociais de dominação, estruturas e técnicas de barragem e sanções religiosas e ideológicas” (MOURA, 1994, p. 131).

As obras de Gilberto Freyre<sup>3</sup>, também contribuíram para legitimar padrões de feminilidade, naturalização do estupro dos senhores brancos (dominante) acometidos contra as mulheres negras (oprimidas), o machismo, o coronelismo e o patriarcalismo. Uma visão racista e distanciada da realidade dos corpos oprimidos.

E ainda, o pensamento machista brasileiro como retratado por alguns autores do século passado, destaca a objetificação das mulheres por parte deste sistema patriarcal que foi imposto. A mulher colocada enquanto a sua utilidade para a sociedade dos homens. As brancas sendo úteis por sua delicadeza natural, caracterizada pela cor e raça, destinadas a serem mães, esposas, donas de casa. As mulatas, tinham que serem dóceis, domesticadas feito animais, servindo para satisfação e aparato sexual nas casas grandes dos homens brancos, e também objetos de depósito das reproduções de opressão das mulheres brancas. E as negras, menos graciosas e menos atrativas para a sociedade hétero patriarcal, tinham o dever de trabalhar inumanamente.

Assim como o mito da democracia racial, o discurso de meritocracia é ilusório, a construção social da forma que está estruturada, inviabiliza a ascensão do negro em lugares de prestígio, principalmente quando refere-se às mulheres negras, mesmo que haja um alcance numa classe social mais prestigiada, economicamente falando, essas mulheres sempre irão se deparar com situações de opressão e desqualificação da pessoa delas, enquanto sujeitos.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica (GONZALES, 1984, p. 228).

A cultura herdada da África, dentro de algumas comunidades, havia a noção de separação conforme o sexo biológico e as características do conceito de masculino e feminino, mas não na mesma noção da cultura ocidental. Eram baseados nas manifestações religiosas, que pontuavam os papéis impostos às mulheres, como o papel de sacerdotisa, que era o de maior destaque, e mães de

---

<sup>3</sup> Em suas obras o autor defendia a ideia da multirracionalização, com grande destaque para o seu livro que repercute ainda nos dias atuais “Casa-Grande & Senzala (1933)”. Ponderando uma romantização das relações inter-raciais, e a lógica de que a multirracionalização excluiria o racismo e a violência racial da sociabilidade brasileira, assim tornando o Brasil supostamente democrático no delineamento de raça e diferente dos países que sustentaram a ideologia da segregação racial.

santo, que cedem o seu corpo para os deuses dançarem. E dentro dessas crenças, a figura de homem, era de instrumental e provedor financeiro dos terreiros.

As mulheres negras ficavam à frente, liderando suas instituições religiosas. Eram respeitadas não somente pelos próprios negros, mas por toda população brasileira, mesmo em meio à ditadura iminente e a repressão policial. E na Bahia, essa herança africana se mantinha forte e presente. “[...] Na Bahia, todo negro podia andar de cabeça erguida, dizia-se, mas no Rio achava-se graça (ou fingia-se fazê-lo) dos seus modos africanos” (LANDES, 2002, p. 43).

Tratar do racismo e do sexismo, enquanto estruturantes do capitalismo no Brasil, se faz necessário para a compreensão das relações sociais das quais estabelecem expressões da “Questão Social”, e que se põem como inerentes para sustentação deste sistema. Entendemos aqui, o sexismo como expressão do patriarcado, que passam a afligir também as mulheres negras, quando as mesmas passam a fazer parte das relações sociais de classe.

O sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Ser oprimida significa ausência de opções. É o principal ponto de contato entre o oprimido(a) e o opressor(a). Muitas mulheres nesta sociedade têm escolhas (por mais inadequadas que possam ser); portanto, exploração e discriminação são palavras que descrevem com mais precisão a sorte coletiva das mulheres [...] (HOOKS<sup>4</sup>, 2015, p. 197).

A base que sustenta a sociedade capitalista é a exploração do trabalho, e as desigualdades sociais. Pensando nas particularidades do Brasil, essa classe a ser explorada, tem cor, gênero e raça. O racismo e o sexismo, entrelaçam dinâmicas de gênero, assim, o trabalho da mulher negra se torna desvalorizado, estereotipado em papéis do trabalho doméstico, não remunerado e sub reconhecido. As mulheres negras nesta sociedade são tidas como corpos distantes de autonomia e poder político.

[...] Mulheres negras são consideradas pouco capazes porque existe todo um sistema econômico, político e jurídico que perpetua essa condição de subalternidade, mantendo-as com baixos salários, fora dos espaços de decisão, expostas a todo tipo de violência (ALMEIDA, 2019, p. 43).

---

<sup>4</sup> “hooks nasceu Gloria Jean Watkins, mas adotou o nome artístico em homenagem à bisavó. A escritora usava bell hooks em minúsculo como forma de enfatizar, segundo ela, “substância de seus livros, não quem eu sou” (Isis Lima, 2021)”.

A feminilização da pobreza tem início já na formação da sociedade brasileira, as famílias negras em grande maioria eram matriarcais e esta configuração familiar, muito se assemelhou ao contexto de outros países que mantinham o sistema escravista, como pontuou a teórica Angela Davis no exemplo estadunidense: “[...] durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos” (DAVIS, 2019, p. 104), são traços que se mantem ainda na contemporaneidade.

Não se pode negar que o Brasil cresceu com a exploração das mulheres negras, principalmente no período de escravidão, em que estas eram tratadas como meros corpos reprodutores do trabalho escravo. Neste sentido, a raça é classificada como instrumento ideológico, fundamentada na estruturação da cultura racista e sexista, desvalorizando a cultura da minoria étnica (minoria no sentido de acesso aos direitos e participação política na sociedade), e também, subjugando um grupo racial, reforçando os privilégios da classe dominante, que diz respeito à branquitude.

Mais do que uma mera designação racial, ela indica um lugar de privilégio em função do pertencimento ao grupo racial dominante. Se, de um lado, estereótipos raciais afirmam uma suposta inferioridade de pessoas negras, de outro, eles reproduzem a noção de que brancos são inerentemente superiores (MOREIRA, 2019, p. 39).

Os corpos femininos negros, foram naturalizados em marcadores excludentes de opressão, como entretenimento através da exposição dos corpos que precisam corresponder as características que o sistema normatizou como padrões da corporeidade da mulher negra brasileira, em que, “[...] as mulheres negras são socialmente desvalorizadas em todos os níveis, inclusive esteticamente” (CARNEIRO, 1995, p. 547).

A identidade da mulher negra nesta sociedade, se encontra num contexto de subalternidade. O padrão que impõe ser homogêneo das características físicas da mulher negra, se dá por um fetichismo pela “[...] dupla imagem da mulher negra de hoje: mulata e doméstica” (GONZALES, 1984, p. 224), que é a transformação da mucama, na musa do carnaval. A construção identitária que empurraram a este grupo de sujeitos pela mídia, é embasada num fenômeno sexista e fetichista, categorizando toda uma totalidade de mulheres negras, com estereótipos negativos, a exemplo, a expectativa do amadurecimento precoce de meninas negras.

Os meios de comunicação vêm se constituindo em um espaço de interferência e agendamento de políticas do movimento de mulheres negras, pois a naturalização do racismo e do sexismo na mídia reproduz e cristaliza, sistematicamente, estereótipos e estigmas que prejudicam, em larga escala, a afirmação de identidade racial e o valor social desse grupo (CARNEIRO, 2003, p. 125).

A sexualidade da mulher negra perpassa em dois opostos categóricos, o da hiper-sexualizada e na mesma intensidade, os corpos (de) sexualizados. Aquelas que não se encaixam no estereótipo da passista de samba, fisicamente falando, são enxergadas nessa sociedade como mulheres destinadas ao serviço doméstico, aos papéis colonialistas da ama-de-leite.

Já a sexualizada, nela não enxergam questões como seres possíveis de pensamento racional, capacidade para ciência ou ocupação de um cargo de significativa importância em termos de privilégios sociais, nelas, somente é visto um corpo sexualizado, um objeto para satisfação sexual em relações heteronormativas, vista como um corpo aberto para comentários e invasão de terceiros. Dito de outra forma: “[...] Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. (...) (GONZALES, 1984, p. 225-226).

[...] De acordo com o modelo oficial, cabem-lhe, fundamentalmente, dois papéis: o de empregada doméstica e o de objeto sexual. (...) o homem branco construiu o mito da negra ou mulata sensual. (...) Interessa ao homem branco aumentar este mito, pois, por tradição, está habituado a ‘usar sexualmente’ negras ou mulatas (SAFFIOTI, 1987, p.52-53).

As mulheres negras no sistema reprodutivo desempenharam papéis significativos na reprodução (da mão de obra desqualificada e oprimida, que são necessárias para o modo de produção capitalista), - “[...] uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas” (DAVIS, 2019, p. 26) - e na criação dos filhos das mulheres brancas e na satisfação dos prazeres sexuais dos seus senhores. Quando se instaura este novo sistema, os nomes categorizadores mudaram, mas as obrigações se mantiveram inalteradas, no que tange a “coisificação” da mulher negra, a separação por estereótipos<sup>5</sup> das que

---

<sup>5</sup> Adilson Moreira diz que “portanto, estereótipos não são meras percepções inadequadas sobre certos grupos de indivíduos. Eles possuem uma dimensão claramente política, pois são meios de legitimação de arranjos sociais excludentes. (2019, p. 42); e também destaca que estereótipos racistas estão

servem para serem amas<sup>6</sup>, e das que servem para serem amantes, mas nenhuma para casar e constituir família.

Na atualidade, temos as empregadas domésticas, que floriram o nome para ajudantes do lar, cuidadoras, etc., em suma são mulheres negras, que não são vistas como corpos possíveis de ocupar cargos públicos, funções que sejam vistas e se tornem “visíveis”. Assim bem salientado por Silvio de Almeida (2019): “de fato, a maioria das domésticas são negras, a maior parte das pessoas encarceradas é negra e as posições de liderança nas empresas e no governo geralmente estão nas mãos de homens brancos” (p. 42).

No carnaval, a mulher preta de pele mais clara, de traços menos ou minimamente negroides, se torna a musa da televisão<sup>7</sup>, dos jornais, dos meios de comunicação midiático em geral, reforçando estereótipos que padronizam o corpo da mulher negra, o corpo aceitável, o corpo desejável, ao contrário dos corpos das negras retintas, que continuam marginalizadas e excluídas das relações de gênero.

A articulação do patriarcado diretamente com o machismo, o sexismo e todas as formas de opressão e preconceito, se faz enquanto estruturante das relações sociais, o que faz com que as mulheres também o reproduzam, mas ao contrário do homem e das práticas tidas como masculinas, reproduzir tal opressão não privilegia a mulher que o faz.

O patriarcado legitima o trabalho não remunerado doméstico das mulheres, as atividades classificadas como função de obrigatoriedade feminina, como a criação dos filhos, o cuidado dos membros da família, a obrigação de atender ao desejo sexual do marido, como e quando este determinar, além de uma cobrança social de que a mulher deve se manter equilibrada emocionalmente, trajada conforme o estereótipo socialmente estabelecido como feminino, e ter naturalmente um instinto maternal. O patriarcado também legitima a dependência econômica da mulher ao marido.

A submissão feminina em relação ao homem atrelada a funções como um exemplo, o serviço doméstico não remunerado, é uma expressão naturalizada do machismo. No espaço produtivo, está na baixa remuneração, na desqualificação do

---

presentes nas mentes de praticamente todas as pessoas, sendo elemento central da história social e psíquica das nações ocidentais (MOREIRA, 2019, p.33).

<sup>6</sup> O termo ama de leite refere-se à “mulher que amamenta criança alheia; ama de leite, criadeira” (dicionário Houaiss, 2009).

<sup>7</sup> CARNEIRO, Sueli. Quando uma Globeleza sofre racismo no Carnaval. In: Casos de Racismo, Mulher Negra, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quando-uma-globeleza-sofre-racismo-no-carnaval/>. Acesso em Março de 2021.



trabalho feminino, quando à elas são destinados trabalhos de menos prestígio e escalão, reproduzindo a subordinação feminina, na diferença dos salários, quando estas recebem bem menos que homem na mesma função, até mesmo no controle das técnicas, que são destinadas aos homens.

E cabe ainda ressaltar que há para além da divisão desigual de gênero no processo de trabalho, a divisão de raça e classe. As mulheres negras em maioria triplamente marcada com os estigmas de opressão e exclusão social, atribuídas aos marcadores de raça, gênero, e pertencente a classe operária, são alocadas em espaços inferiores, e mesmo quando alcançam a condição de um status social, a raça ainda é posta como um marcador de discriminação e diminuição da sua importância enquanto sujeito.

Como grupo, as mulheres negras estão em uma posição incomum nesta sociedade, pois não só estamos coletivamente na parte inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista (HOOKS, 2015, p. 207).

E ainda na atualidade, na base da cadeia hierárquica encontram-se as mulheres negras, e no topo os homens brancos, que oprimem mulheres brancas, que oprimem homens negros, e que oprimem mulheres negras. Ou seja, a diferença nos cargos, remunerações, posições no mercado de trabalho, para além do gênero, as mulheres negras são marcadas pela raça, destinadas à trabalhos que as mulheres brancas de determinado status social não ocupariam jamais. Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho (GONZALEZ, 2018, p. 42).

Falar acerca das relações de reprodução humana, é falar sobre corpos, mas o corpo da mulher negra, é um corpo que não é visto socialmente como limpo, herança da cultura do estupro das escravas que eram violentadas pelos senhores e não podiam se limpar. O estupro sempre existiu e sempre foi algo presente na vida das mulheres negras escravizadas, que tinham que lidar com os abusos dos homens brancos proprietários de escravos (DAVIS, 2016). Culturalmente, fomos ensinados a termos ódio do corpo feminino negro, por conta dos papéis que estas são destinadas a ocuparem no âmbito coletivo social. As mulheres negras, para além da questão da

classe social, ainda se deparam com dois marcadores de exclusão social, a questão da raça e do gênero.

[...] definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao impormos um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria história (GONZALES, 2020, p. 14).

Debater acerca dos estereótipos do corpo feminino negro e nega-los é fundamental para a construção da autonomia destas mulheres e libertação dos entraves sociais e estigmas que as colocam como inferiores e marginalizadas na esfera social. Desconstruir os padrões impostos na busca de enxergar esses corpos, como corpos políticos, corpos privados, com direito a ter direitos, se coloca como emergente na contemporaneidade.

Uma outra diferença se dava na romantização da sexualização e da erotização das mulheres pretas, em contra ponto ao tratamento da fragilidade que deveria ser preservada e zelada das mulheres brancas, fomentou o desgaste emocional das mulheres pretas. Mas estas aprenderam a cuidar de si mesmas, e transformar a dor em luta e resistência.

O rompimento com o passado escravista tem de perpassar nas práticas cotidianas dessas mulheres negras, e deixar de ser um mito, defendendo os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988. É preciso fortalecer a construção da identidade política do feminismo negro, no sentido de mobilizar os sujeitos desse grupo tido como inferiorizado, para que assim seja possível modificar a sociedade e acabar com as estruturas que solidificam as opressões do sistema capitalista.

E para finalizar, é preciso retornar a pergunta inicial “democracia racial para qual raça?”.

Nos trâmites da sociedade burguesa, o que prevalece são os interesses do capital, há uma falsa ideia de liberdade, pois a força de trabalho é a todo tempo vendida e explorada. Como é explanado neste trabalho, trazendo o delineamento de raça e gênero para além da classe, as recorrentes violações dos direitos humanos, recaem à essa população triplamente marcada.

A sociedade é moldada afim de favorecer as pessoas que se enquadram no padrão idealizado da branquitude – branco, hétero, homem –, assim, a democracia

racial, a possibilidade de protagonismo nesta sociedade e afins, é direcionada a raça tida como dominante, a hegemonia branca burguesa.

### **2.3 Identidade Nacional e Identidade da Mulher Negra**

O Estado e as instituições de poder possuem raça, gênero e classe. As transformações ocorrem no seio da sociedade brasileira, mas o poder continua centrado nas mãos de homens héteros, brancos e geracionais. As questões da marginalização e da exclusão do meio social permanecem latentes aos negros até a atualidade do capitalismo brasileiro.

A população negra é a mais afetada na exclusão das relações sociais, marginalizada, suscetível as opressões originadas por distinção de raça/cor, sem ter efetivamente a sua integração na sociedade, e todos os seus direitos assegurados pelo Estado. Há uma luta diária pela sobrevivência, pois ainda vivencia um projeto silencioso de genocídio contra os indivíduos marcados socialmente enquanto negros, periféricos, trabalhadores brasileiros.

Muitos afirmam que o preconceito racial é um fenômeno de classes e que no Brasil não existem barreiras raciais. Todavia, estas se manifestam de vários modos e são muito fortes. Aqueles que conseguem varar as barreiras sociais, qualificando-se como técnicos ou profissionais liberais, logo se defrontam com barreiras raciais (FERNANDES, 2017, p. 40).

As contradições da divisão de classe se fortaleceram como inerentes à raça e ao gênero, traçar quais são os papéis que as mulheres negras integram, ou ao contrário, são excluídas na produção e reprodução social e das relações de classes, se faz necessária para compreender os fatores culturais e sociais da formação da sociedade brasileira.

Aqui devemos dizer que entendemos por identidade étnica um nível de consciência individual ou grupal das suas origens ancestrais capaz de determinar a aceitação, reconhecimento e sua auto-afirmação social e cultural a partir desse nível de consciência alcançado (MOURA, 1994, p. 156).

São traços da elite brasileira, que se mantem inalterados, usam de mecanismos para restaurar e manter o conservadorismo ao longo dos anos, como a exemplo, a questão da fragilidade das mulheres brancas, de famílias tradicionais,

hétero patriarcais, ao mesmo tempo em que condenam a virilidade de homens negros e obrigam o amadurecimento precoce de mulheres negras.

O racismo também ganha novas facetas, formas de ser legitimado, mascarado, mas sempre presente nas relações de classe, em que, dentro da própria classe de trabalhadores, a questão da raça traz algum tipo de privilégio do branco sobre o negro. A sociedade se mantém hierarquizada e na base, se encontram mulheres negras, conforme status geracional e territorial.

E no que se refere em relação a isso, ressalta Gonzales: “[...] nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (1984, p. 224). Ou seja, os marcadores sociais de exclusão, categorizam duplamente a mulher negra, por questões de gênero e cor, além da classe social e do espaço territorial inserido. Isso reflete diretamente a violência acometida sobre seus corpos e na privação de autonomia e direitos, o que acentua a desigualdade racial.

De acordo com 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2020 no Brasil, tiveram 3.913 homicídios de mulheres, dos quais 1.350 foram registrados como feminicídio. Duas em cada três vítimas de feminicídio em 2020 são mulheres negras, o que representa 61,8% das mortes. Das demais vítimas, 36,5% são brancas, 0,9% amarelas e 0,9% indígenas. Entre as vítimas dos demais homicídios femininos 71% eram negras, 28% eram brancas, 0,2% indígenas e 0,8% amarelas.

Na construção do capitalismo brasileiro, as mulheres negras trabalhavam nas casas de mulheres brancas, a elas, nunca foi dado o espaço para protestar seus direitos, e ainda hoje, na sociedade contemporânea, as mulheres negras são majoritárias nos trabalhos mal remunerados e na dupla jornada de trabalho. São em sua maioria as provedoras do lar, as responsáveis por levar o sustento para a família. Se veem em cenários que para garantir o emprego, negam sua identidade racial e cultural, para enquadrar nas ofertas de trabalho disponíveis, a exemplo comum, o alisamento de seus cabelos crespos.

E por décadas, o cabelo crespo foi tido em determinados países uma forma de protesto político pela luta dos direitos civis dos negros, “[...] sobretudo, é uma parte de nosso corpo de mulher negra que deve ser controlado (hooks, 2005, p. 4)”, mas no Brasil, a mídia sempre propagou a ideia de que era preciso alisar os cabelos das negras, e os homens manterem os seus cortados para que fosse possível, a participação nas relações sociais. E como pontuou bell hooks: “[...] a realidade é que

o cabelo alisado está vinculado historicamente e atualmente a um sistema de dominação racial que é inculcada nas pessoas negras, e especialmente nas mulheres negras de que não somos aceitas como somos porque não somos belas” (2005, p. 7)”.

O entendimento por beleza e o que é belo, é temporal, e é histórico, mas a mulher negra nunca se viu neste espaço de destaque. O único espaço em que é vista, é no desejo sexual e fetiche de homens brancos pelos seus corpos. Homens estes que, enxergam nestas mulheres corpos de submissão, sem sentimentos e alma, que existem somente para servir a eles e suas necessidades sexuais. E como bem, é colocado por Lélia, “[...] ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão (GONZALEZ, 2018, p. 44).

Os corpos das mulheres negras nesta sociedade, se encontra num contexto de subalternidade. Ainda há entraves no que tange a sua autonomia e direitos, fatores que impactam diretamente na construção da sua identidade, nas relações estabelecidas, e na superação de estigmas impostos sobre este grupo.

Ainda na contemporaneidade, os lugares de ocupação dos corpos de mulheres negras, se veem atravessados de estereótipos danosos. Quando fogem do padrão determinado socialmente, no sentido de ocupar espaços de destaque e prestígio, são atacadas com críticas severas e punitivas. Colocam – as, em posições de que para se provarem competentes e capazes desses espaços, elas têm de trabalhar duas, três, quatro vezes mais que homens e mulheres brancas, porque historicamente, o lugar de uma mulher negra na sociedade, foi posto enquanto serviçal, empregada doméstica, amas de leite, sempre na função de servir aos brancos.

Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, prepara o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às 3 ou 4 horas da madrugada, para “adiantar os serviços caseiros” e estar às 7 ou 8 horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixando tudo limpo. Nos dias atuais, a situação não é muito diferente para ela (GONZALEZ, 2018, p. 71).

A cultura e a arte de entretenimento brasileira, quando se referêcia ao negro, usam de estereótipos discriminatórios, naturalizando o racismo nas práticas sociais, objetificando o corpo da mulher negra ou a transformando em empregada doméstica quando já mais velha. Já aos homens negros, representados como uma figura sexual,

destinados a dar prazer para mulher branca, ou representados como bandidos, ladrões ou usuários de drogas ilícitas (e tudo isso, geralmente em forma de piadas “inofensivas”, naturais).

Juntos racismo e sexismo nos recalcam diariamente pelos meios de comunicação. Todos os tipos de publicidade e cenas cotidianas nos aferem a condição de que não seremos bonitas e atraentes se não mudarmos a nós mesmas, especialmente o nosso cabelo. Não podemos nos resignar se sabemos que a supremacia branca informa e trata de sabotar nossos esforços por construir uma individualidade e uma identidade (HOOKS, 2005, p. 6).

Para as mulheres negras a construção identitária da raça ainda é um processo de grande luta. Nos meios de comunicação, da TV aberta, das mídias em geral, a mulher negra não se sente representada de forma positiva. Os papéis em novelas, perpassa entre a emprega doméstica, a traficante, usuária de entorpecentes, prostitutas, ou seja, só representações negativas dos papéis sociais, como se estas mulheres na vida real, só possam ocupar esses papéis estigmatizados e excludentes.

Violentamente as mulheres negras são excluídas das decisões políticas e das decisões de seus próprios corpos. O processo de alisamento dos seus cabelos, para adequar ao mercado de trabalho e na vida social, seus traços negroides tratados como feios, seu corpo fetichizado, sua sexualidade posta como suja, impura, indigna moralmente do papel de mãe. São processos muito violentos e enraizados na cultura brasileira.

A identidade não é só objetivo, mas antes o ponto de partida no processo da autodefinição. Nesse processo, a jornada das mulheres Negras passa à compreensão de como nossas vidas pessoais têm sido fundamentalmente moldadas por opressões de raça, gênero, sexualidade e classe que se interseccionam (COLLINS, 2019, p. 25).

A apropriação cultural também se faz presente enquanto estratégia de deslegitimar a cultura não branca e ocidental, minando as formas de expressão dos povos considerados inferiores e tomando destes sua cultura. A exemplo temos o uso do turbante enquanto vestimenta de resistência e luta do povo negro, que é visto socialmente como manifestação de macumba, sujeira, desleixo. Mas quando uma mulher branca o usa, é vista como descolada, como um sujeito na moda. “Devemos tratar a apropriação cultural como uma das mais usuais estratégias do racismo e da colonização” (WILLIAM, 2019, p. 45).

A apropriação discrimina as práticas não brancas e estigmatiza, excluindo todo um povo ao acesso à direitos sociais e políticos, como a liberdade de expressão. E devemos lembrar que, historicamente todas as expressões de origem afro-brasileira foram criminalizadas, como o samba, a capoeira, as vestimentas, até mesmo a religiosidade desta população.

Numa sociedade de consumo, onde tudo é visto como produto, alguns traços e componentes culturais para serem aceitos precisam passar por um processo de depuração. Ao apagar elementos ou características que podem ser rejeitados, reiteram-se práticas de dominação que contribuem para a invisibilidade de grupos minoritários, como negros e indígenas. Quando se apropriam de alguns componentes específicos das tradições de matriz africana, por exemplo, acentuam-se de maneira subliminar visões negativas ou estereotipadas (WILLIAM, 2019, p. 45).

Mulheres negras ensinavam seus filhos e passavam os ensinamentos através de cantigas e histórias de seus antepassados, ressignificando assim, uma cultura de resistência. E como esse passado de resistência na construção e no repasse cultural, é preciso criar e fortalecer espaços de resistência, de reconhecimento enquanto mulher e negra, na forma de assumir sua identidade, cultura e ancestralidade, e articular com o empoderamento negro, a construção de uma identidade coletiva.

A sociedade permanece excludente, julgadora e violenta com os corpos das mulheres negras. Exaltam o padrão eurocêntrico branco de forma como se o Brasil não fosse um país de múltiplas raças, e composições culturais.

A diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os “casamentos inter-raciais” nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos, etc.). Este fato daria origem, na década de trinta, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial (GONZALEZ, 2018, p. 35).

O negro é impedido do erro, pois o peso de julgamento deste, é duplamente maior. O erro deste sujeito é condenado, criticado em instância mais grave, e quando o branco comete o mesmo erro, este é tratado de forma menos punitiva, pois este sujeito, o branco, está sempre em aprendizado, ao contrário do negro que tem que se sobressair em tudo.

Quando a mulher negra se posiciona contra as falácias da rede ideológica da sociedade, está é tratada como raivosa, incontrolável e/ou vitimista, “[...] mulheres negras se veem diante dos expedientes racistas e sexistas das instituições públicas e

privadas por lhes negarem primeiro trabalho e, depois, o direito humano de serem reclamantes das discriminações sofridas” (AKOTIRENE. 2019, p. 36-37).

Mulheres negras de determinados espaços territoriais ainda conseguem contar com redes de apoio no que tange a criação e o cuidado de seus filhos, visto que algo que se mantém ainda na atualidade, por diversos motivos, seja violência policial, que mais mata homens negros no país, seja por motivos financeiros, seja qual for o motivo da ausência paterna, as famílias negras em grande maioria são matriarcais, chefiadas por mães solas e solteiras.

Destarte, as mulheres negras sucumbem aos ativismos comunitários voltados menos para si, enovelados pelo padrão moderno no qual suas identidades são revertidas às de mães solteiras, chefas de família desestruturadas, “mulheres da paz” efetivas no resgate de jovens criminosos (AKOTIRENE, 2019, p. 36).

Na visão conservadora e/ou fundamentalista religiosa, uma família que não seja hétero-patriarcal, já se encaixa no tópico de família desestruturada. Aqui a autora descreveu por famílias desestruturadas, aquelas atingidas pelo desemprego, situações de extrema pobreza, que se encontram nas mazelas sociais, e estão condicionadas às manifestações/ expressões da Questão Social.

As mulheres negras são ainda as maiores provedoras, e chefes de suas famílias, recebendo menos que o restante da população, na dupla jornada de trabalho, e na precariedade dos subempregos e a falta dos direitos trabalhistas. Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre os anos de 2014 e 2019, quase 10 milhões de mulheres assumiram o posto de chefe de família (IBGE-Projeção da População 2020).

Mulheres chefes de família, são as principais responsáveis e provedoras do lar, podendo ter ou não um companheiro. E quando são mães solas, se veem na dupla responsabilidade de dar o sustento financeiro e zelar pela educação dos filhos, enquanto enfrentam jornadas exorbitantes de trabalho precarizados. E é sabido que nos locais periféricos, a rede de apoio para estas mulheres, são outras mães solas, que se ajudam entre si, resistindo à criminalidade, e contando com a sorte para que seus filhos não adentrem ao mundo do tráfico, e condicionamentos que vão de contra as leis.

[...] Ser mãe negra numa sociedade como a nossa, e desde a época da escravidão, é ver o filho -, o companheiro, o irmão, seja lá quem for- sair



para o trabalho, para a escola e não saber se ele volta, porque pode ser tranquilamente preso como vadio- todo crioulo é marginal até prova em contrário (GONZALEZ, 2018, p. 232).

Como resultado da incompetência e ausência do Estado em políticas públicas, somado a falta do tempo consumida pelo trabalho em busca do sustento da família, mães negras são sempre questionadas e culpabilizadas pelas manifestações da Questão Social que recaem sobre o seu grupo familiar.

Os dilemas do cotidiano da mulher negra no Brasil, foi por muito tempo mascarado, mas a criação do feminismo negro legitimou a luta desses sujeitos, e trouxe voz a uma população que foi excluída das decisões de poder.

### 3 OS CORPOS NEGROS FEMININOS NA PESQUISA ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL

Partindo da dimensão investigativa, abordar os fenômenos que envolvem a relação do racismo e do sexismo dos corpos de mulheres negras nas relações sociais que estruturam a sociedade capitalista, torna a metodologia, a articulação e a mediação necessária do objeto com a realidade inserida, no que tange a construção e retomada de debates que visam a superação das causalidades postas.

Aqui se coloca a dimensão investigativa: ela é a dimensão do novo – questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a “positividade do real”. Permite construir novas posturas visando a uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale a dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão (GUERRA, 2009, p. 17).

A passividade em que intelectuais brancas mantiveram ao retratar de uma hegemonia feminista, não considerando a intersecção que atravessam outros corpos, fez com que surgisse a necessidade de outras vertentes feministas que dessem visibilidade e que falassem das suas necessidades e das condições de privilégio de mulheres brancas por exemplo, em comparação às mulheres não brancas, na sociedade em que vivemos.

Tudo aquilo que tínhamos considerado útil, a partir da experiência social de mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais, acaba por nos parecer particularmente suspeito, assim que começamos a analisar a experiência de qualquer outro tipo de mulher” (HARDING. 1993, p. 8- 9).

E a autora Sandra Harding (1993) completa dizendo que, “[...] como as mulheres e as relações de gênero estão em toda parte, os temas das teorias feministas não podem ser contidos dentro de um esquema disciplinar singular, ou mesmo em um conjunto deles” (p. 12).

Sendo assim, o uso da epistemologia do feminismo negro se fez presente e importante para a compreensão do debate posto. Como será exposto em sequência, o feminismo negro surge justamente para que mulheres negras pudessem falar por si própria, de si e para si, do seu lugar de opressão enquanto duplamente estigmatizada pelos marcadores da raça e do gênero.

### 3.1 Metodologia

Para a construção deste debate, foi elaborado um roteiro de pesquisa bibliográfica - que segue anexo, assim bem como de análise de conteúdo, afim de qualificar o estudo e baseá-lo em teorias e perspectivas que nos fazem sentindo. E nas palavras de Minayo: “[...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (2002, p. 16).

A problemática apresentada foi conduzida pelo percurso da pesquisa qualitativa enquanto pesquisa documental e bibliográfica. Para tal, foi elaborado um roteiro de mapeamento e de análise bibliográfica afim de subsidiar a leitura em aspectos fundamentais para a análise das variáveis que apareceram ao longo do processo investigativo.

[...] O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus afetos e a se mesmo, sentem e pensão. [...] as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigação de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análise de discurso e documentos (MINAYO, 2002, p. 57).

A pesquisa documental consistiu na coleta de dados e indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, no delineamento de raça, gênero e idade, e ainda publicações que foram extraídos de sites da categoria e entidades representativas do Serviço Social. Escolhemos três entidades de representação, sendo o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, o Conselho Regional de Serviço Social do Tocantins- CRESS-TO, e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

A pesquisa bibliográfica se fez fundamentada na leitura, na revisão bibliográfica, e na sistematização e sínteses de livros e artigos científicos que abarcam o tema proposto. Intencionando a aproximação de maiores conhecimentos acerca da relação entre o racismo e a sexualização de corpos de mulheres negras na sociedade brasileira contemporânea.

Dado o caráter da pesquisa bibliográfica, e da análise de conteúdo, utilizamos de termos descritores elencados por palavras chaves, para a exploratória dos artigos

e das fontes institucionais elencadas. Os títulos analisados são apresentados no Quadro 1 assim bem como o roteiro construído para a pesquisa, se encontram em apêndice.

As publicações foram analisadas em onze revistas distintas de Serviço Social, ciências humanas, sociais e aplicadas, com o delineamento temporal dos anos 2010 à 2021, tendo como palavras-chaves: Raça, Racismo, Sexismo, Sexualidade e Gênero, pesquisadas simultâneas e depois separadamente. As revistas foram escolhidas pautadas na relativa importância de publicações acerca do Serviço Social, e distribuídas em amplas localidades do território brasileiro. Segue no apêndice a exposição das revistas e títulos encontrados no Quadro 1.

Feito uma aproximação inicial, detalhamos e especificamos o tema de pesquisa conforme o instrumento de coleta de dados elaborado para auxiliar nas buscas e chegamos somente ao número de sete publicações, que realmente foram determinantes para a construção sistemática do tema proposto neste trabalho. Pensando no objetivo geral de exposição, concluímos que não há um número de publicações significativas que realmente debruçam sobre a transversalidade de raça e gênero sobre corpos de mulheres negras sexualizadas.

A análise se pautou a partir da perspectiva histórico-dialética, considerando as relações de dominação-exploração em sua historicidade, para viabilizar a possibilidade da compreensão em sua totalidade na formação social brasileira. As categorias totalidade, mediação, contradição e historicidade, “[...] são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias ontológicas) do método” (PAULO NETTO, 2009, p. 21).

E foram utilizados como categorias analíticas<sup>8</sup>, o racismo, sexismo, machismo, patriarcado, sexualidade, racismo estrutural e raça, enquanto inerentes para a compreensão do debate proposto. A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (GIL, 2008, p. 14).

Inserimos as perspectivas feministas para a compreensão e aprofundamento do debate de gênero e o corpo negro feminino enquanto um corpo político e de resistência, que está inserido nas relações e reproduções sociais. Como bem pontua

---

<sup>8</sup> Os conceitos das categorias: racismo, sexismo, machismo, patriarcado, sexualidade, racismo estrutural e raça, foram apresentados e justificados ao longo do trabalho aqui apresentado.

Sardenberg: “[...] tem-se no conceito de gênero um instrumento de análise do impacto das ideologias na estruturação não apenas do mundo social, mas também do intelectual [...]” (2007, p. 6), e ainda: “pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada – requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico” (SARDENBERG, 2007, p. 3).

Aqui vale salientar que as bases para a nossa compreensão foram pautadas em autoras do feminismo negro, pois como a intelectual negra bell hooks pontuou em uma de suas obras:

As mulheres brancas que dominam o discurso feminista – as quais, na maior parte, fazem e formulam a teoria feminista – têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista (BELL HOOKS, 2015, p. 196).

E ainda, “[...] resistimos à dominação hegemônica do pensamento feminista insistindo que ele é uma teoria em formação, em que devemos necessariamente criticar, questionar, reexaminar e explorar novas possibilidades” (HOOKS, 2015, p. 202).

Assim, os procedimentos metodológicos para a busca do alcance dos resultados deste projeto de pesquisa, constituíram em: 1) elaboração dos instrumentos- roteiro de mapeamento e de análise bibliográfica, 2) realização de leitura guiada 3) levantamento dos dados coletados, e problematização das hipóteses e pressupostos 4) análise dos dados obtidos na pesquisa e aprofundamento 5) construção da escrita e da exposição dos resultados obtidos.

### **3.2 Contextualização e amostragem dos dados**

O subitem que se segue, teve como foco apresentar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, para que fosse possível a aproximação com os temas dos artigos que se seguiram no subitem seguinte, e ainda, para que fosse possível entender e analisar a realidade vivenciada pelos corpos negros femininos, além da amostragem dos números. Foi preciso traçar a intersecção de toda a totalidade social da vida produtiva e reprodutiva em que se inserem estes corpos.

Sendo assim, para além de tais dados analíticos, precisamos traçar conceitos básicos que estruturam a sociedade burguesa e atravessam os corpos das pessoas não brancas, como exemplo o racismo, a discriminação racial e o preconceito.

O racismo se perpetua na sociedade contemporânea de várias formas, seja justificado por motivos religiosos, seja por natureza científica, mesmo que hoje existem leis que o tornaram ilegal, é exercido de forma natural e excludente, independentemente da classe social do sujeito negro. “O ideal tipo das elites brasileiras, como ideologia de prolongamento do colonizador, continuou e continua sendo simbolicamente o branco. O antimodelo étnico e estético, como símbolo nacional continua sendo o negro” (MOURA, 1994, p. 150).

Com base nas leituras dos autores aqui apresentados, entende-se, que o preconceito é um julgamento sem conhecimento de causa. Pode se originar de diferentes maneiras, desde que estejamos falando de alguém considerado diferente ou historicamente julgado e tratado como inferior como por um exemplo, o preconceito racial, historicamente legitimado quando a raça de não brancos foram construídas como inferiores e submissas. E como outros exemplos para além da raça, existem o preconceito contra o gênero feminino, classe social orientações sexuais não heterossexuais, etc.

A discriminação é o ato de diferenciar, de tratar pessoas de modo diferente por diversos motivos. Já o racismo é a manifestação de um preconceito racial que ocorre em situações específicas em que uma das raças foi historicamente considerada inferior à outra, discriminação motivada pela cor da pele ou origem étnica. Como exemplo histórico, a discriminação dos povos negros de origem africana. O racismo não se manifesta de uma única forma, na nossa sociedade, por exemplo, ele é estrutural (CFESS, 2016).

Injúria racial é o ato de ofender, infamar alguém com base na raça, religião, identidade sexual, etc. O Código Penal, em seu artigo 140, descreve o delito de injúria, que consiste na conduta de ofender a dignidade de alguém, e prevê como pena, a reclusão de 1 a 6 meses ou multa. Já o crime de racismo constante do artigo 20 da Lei nº 7.716/89 somente será aplicado quando as ofensas não tenham uma pessoa ou pessoas determinadas, e sim venham a menosprezar determinada raça, cor, etnia, religião ou origem, agredindo um número indeterminado de pessoas (BRASIL, 1989).

Tal naturalização é tão recorrente nas práticas cotidianas, que os indivíduos que reproduzem as relações sociais, se quer tomam consciência dessa reprodução

discriminatória, e quando o sujeito negro se empodera tomando consciência de si, ele é taxado como um sujeito vitimista, “mimizento”, no sentido em que este sujeito passa a questionar e tencionar toda a estruturação social que legitima o preconceito racial e outras formas de preconceito e discriminação. Gonzales aponta que, o modo mais sutilmente paternalista é exatamente aquele que atribui o caráter de “discurso emocional” à verdade contundente da denúncia presente na fala do excluído (GONZALEZ, 2018, p. 74).

Hoje existem políticas de reconhecimento do negro no contexto das relações sociais brasileiras que visam valorizar o povo negro que foi historicamente marginalizado e excluído do contexto social. São conquistas da Luta dos Movimentos Negro pelos direitos civis e políticos, que tiveram início nos Estados Unidos na década de 1960. Mas precisamos salientar que, houveram movimentos de resistência no Brasil, e as mulheres negras foram fundamentais para tais atos.

O ato público contra o racismo no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em protesto contra a morte de um operário negro em uma delegacia de São Paulo e contra a expulsão de quatro atletas negros de um clube paulista, se caracteriza como uma das principais marcas de inauguração do movimento negro que se constituiu nos anos 1970 e 1980 e que acabou resultando na formação do Movimento Negro Unificado (MNU), no mesmo ano de 1978, entidade que existe até hoje.

As ações afirmativas configuram um indispensável mecanismo no combate à discriminação racial, na medida em que procura diminuir as desigualdades na sociedade, estabelecendo ligações com outros marcadores sociais, como, gênero, orientação sexual, classes sociais, idade, nacionalidade, etc., ampliando assim o leque de proteção do direito dos ditos minorias, em suas especificidades. “A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, preconceito, de estigmatização e segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça” (FERNANDES, 2017, p. 41).

Feito esta breve aproximação da realidade, será exposto os dados e análises obtidas na pesquisa, e o que os dados que se seguirão apontam, é que pouco mais da metade da população brasileira é potencialmente vítima das discriminações raciais e de gênero, sendo mais propensas às violências e opressões em decorrência destes marcadores sociais.

Neste conjunto de indicadores estão colocadas em foco as desigualdades de gênero e de raça, considerando negros, o conjunto da população preta e parda. As mulheres brancas são maioria nas regiões sul e sudeste e as mulheres negras nas regiões norte e nordeste (ver tabela 1 e 2, e gráfico 1, elaborados pela autora com base nos dados), denotando as diferenças das regiões brasileiras.

Tabela 1 - Dados gerais da população por raça/cor e gênero/sexo – Brasil, 2020

População estimada do Brasil	Total	Mulher	Homem
	211.755.692	108.228.003	103.527.68
População estimada do Brasil por cor/ raça	-	Pretos e pardos	Branco
		55,8%	43,1%
População estimada do Brasil por cor/raça e gênero	-	Pretas e pardas	Branca
		60.107	47.171

Fonte: IBGE- Projeção da População 2020. Elaborado pela autora.

Tabela 2 - Distribuição da população por raça/cor e gênero/sexo, segundo as grandes regiões – Brasil, 2019

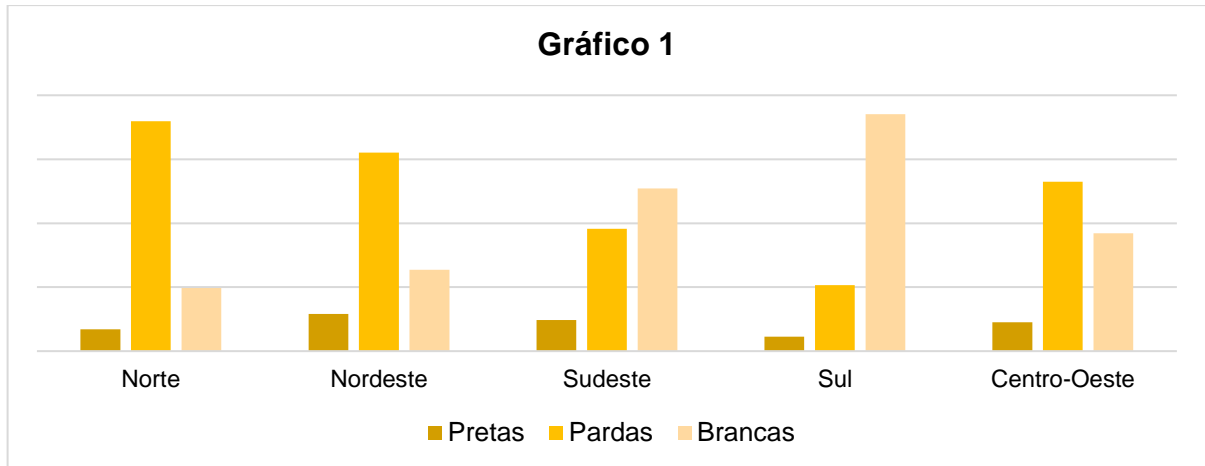
UF Brasil	Pretas	Pardas	Branca
Norte	6,8	71,9	19,7
Nordeste	11,6	62,1	25,4
Sudeste	9,7	38,3	50,9
Sul	4,5	20,6	74,1
Centro-Oeste	9,0	53,0	36,9

Fonte: IBGE- Projeção da População 2020. Elaborado pela autora.

Percebe-se que o quantitativo de mulheres é maior que o número de homens (não está especificando se é conforme sexo biológico) na sociedade brasileira, e ainda assim, está condicionado socialmente ao gênero feminino a subordinação e submissão em relação ao considerado masculino. É também perceptível, o impacto da multirracionalização, na pluralidade de pessoas que se consideram pardas, estando concentradas em maior escala nas regiões Norte e Nordeste, locais em que aconteceram os maiores processos migratórios no Brasil. E com base nesta tabela, elaboramos o gráfico que se segue, para amplificar a disparidade no quantitativo de pessoas conforme a raça, em diferentes regiões brasileiras.



Gráfico 1 - Distribuição da População por raça/cor e grande regiões - Brasil, 2019



Fonte: IBGE- Projeção da População 2020. Elaborado pela autora.

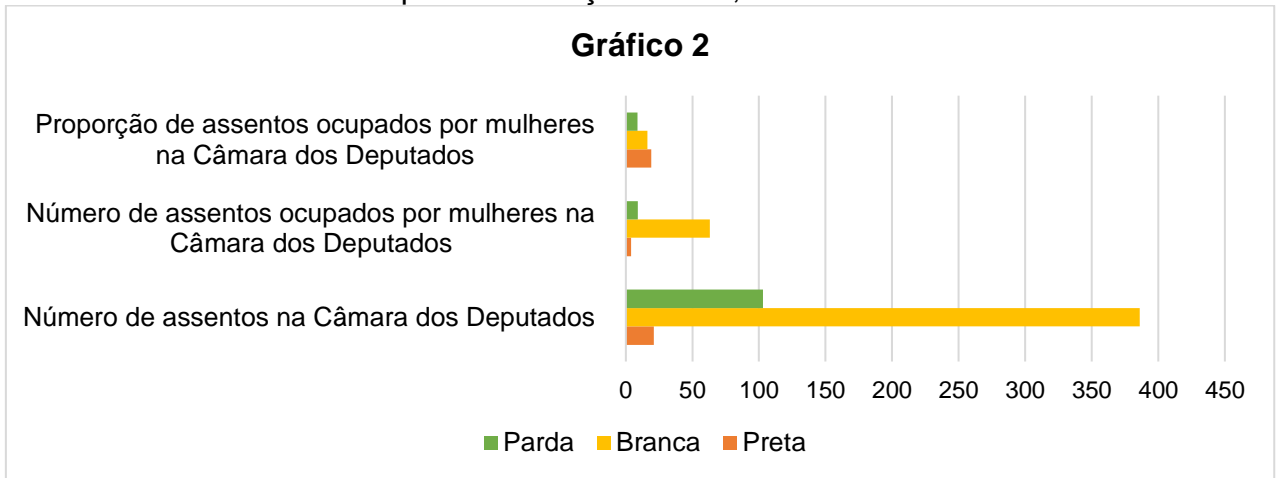
Apesar dos dados expostos acima, no que tange o acesso das mulheres no espaço político e instituições de poder, ainda é mínimo se comparado ao número de homens que estão na posição de tomada de poder e das decisões políticas, como já bem elencado, o considerado feminino se equipara a submissão e aceitação das regras e normas moralmente estabelecidas, enquanto o masculino, continua no poder hegemônico e branco da sociedade cisheteropatriarcal.

Tabela 3 - Proporção de assentos ocupados por eleitas e parlamentos nacionais, por cor ou raça – Brasil, 2018

Raça/cor	Número de assentos na Câmara dos Deputados (unidades)	Número de assentos ocupados por mulheres na Câmara dos Deputados (unidades)	Proporção de assentos ocupados por mulheres na Câmara dos Deputados (%)
Preta	21	4	19,0
Branca	386	63	16,3
Parda	103	9	8,7

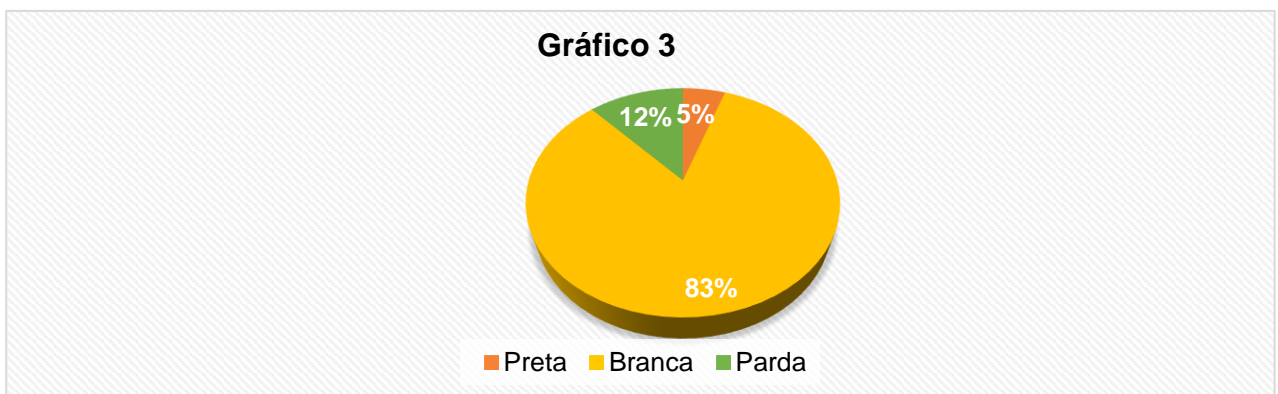
Fonte: IBGE- Projeção da População 2020.

Gráfico 2 - Proporção de assentos ocupados por eleitas e parlamentos nacionais, por cor ou raça – Brasil, 2018



Fonte: IBGE- Projeção da População 2020.

Gráfico 3 - Assentos ocupados por mulheres na Câmara dos Deputados - Brasil, 2018



Fonte: IBGE- Projeção da População 2020.

A mulher não tem voz política na nossa sociedade, e menos ainda a mulher preta. Estes números mostram que a ocupação de mulheres pretas nos espaços institucionais é mínimo ou quase nulo. E quem fala por nós? Quem defende os direitos sociais deste grupo, se ele mesmo não tem espaço para se defender?

De acordo com 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2020 no Brasil, tiveram 3.913 homicídios de mulheres, dos quais 1.350 foram registrados como feminicídio. “A Lei 13.104/2015 (Lei do Feminicídio) considera feminicídio, o ato de matar uma mulher por razões da condição de sexo feminino por envolver ou violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (MENDES, 2020).

Duas em cada três vítimas de feminicídio em 2020 são mulheres negras, o que representa 61,8% das mortes. Das demais vítimas, 36,5% são brancas, 0,9% amarelas e 0,9% indígenas. Entre as vítimas dos demais homicídios femininos 71% eram negras, 28% eram brancas, 0,2% indígenas e 0,8% amarelas (IPEA, 2020).

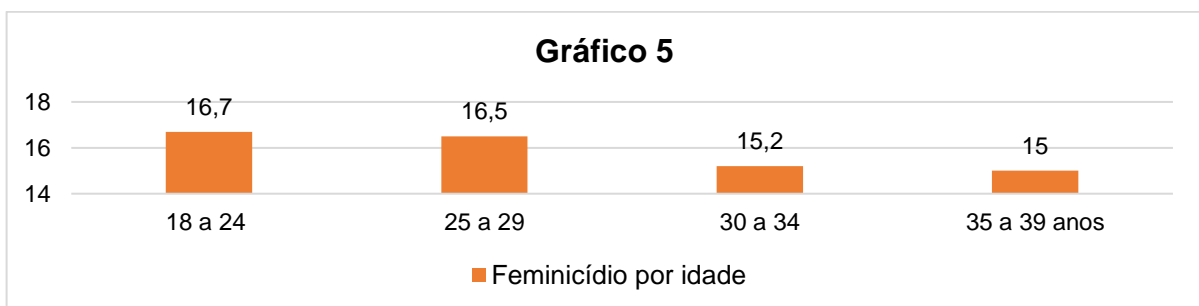
Gráfico 4 - Vítimas de feminicídio e demais mortes violentas intencionais de mulheres, por raça/cor – Brasil, 2020



Fonte: 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Brasil, 2020.

Das vítimas de feminicídio, o anuário aponta uma distribuição mais igualitária entre as faixas de 18 a 24 anos (16,7%), de 25 a 29 anos (16,5%), 30 a 34 anos (15,2%), 35 a 39 anos (15,0%), com poucas vítimas entre crianças e adolescentes (Segundo o Atlas da Violência, no Brasil, entre 1991 e 2018, 232.830 crianças e adolescentes (0 a 19 anos) foram assassinados, sendo que 163.980 foram vítimas de arma de fogo (IPEA, 2018)). Não há uma distinção de gênero e raça no documento oficial no item que se destina ao apontamento desses sujeitos, o que reflete o descaso na apuração de mortes de crianças não brancas e negras, e conseqüentemente das meninas negras que são violentadas de distintas maneiras e mortas.

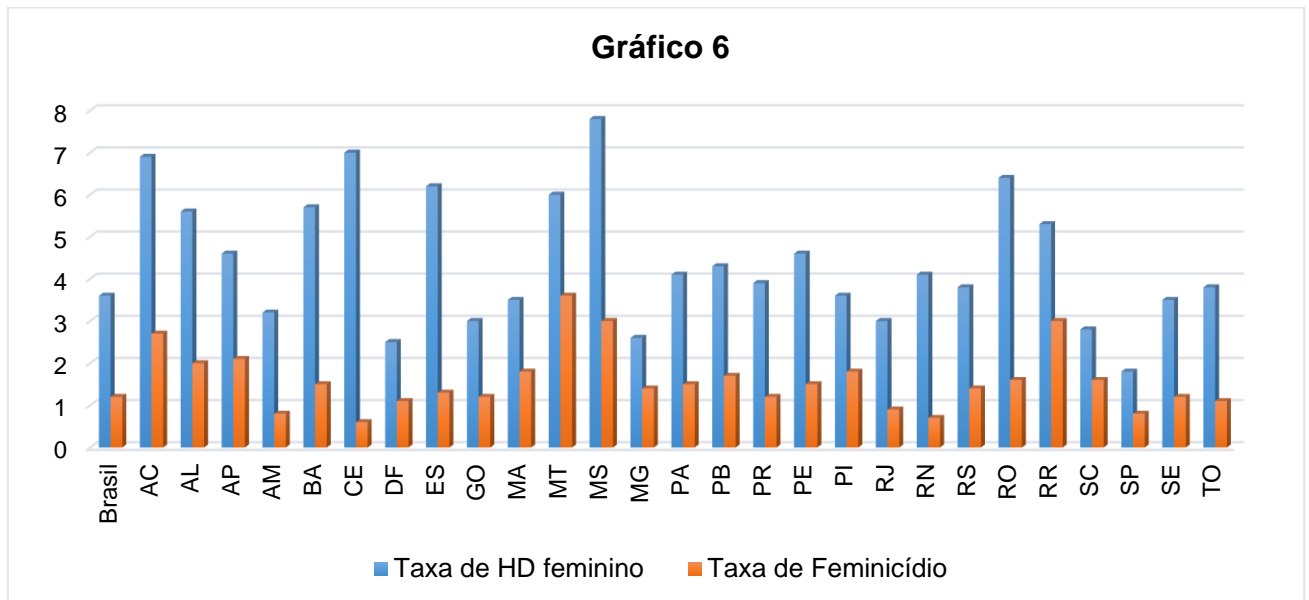
Gráfico 5 - Vítimas de feminicídio de mulheres, por idade – Brasil, 2020



Fonte: 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Brasil, 2020. Elaborado pela autora.

Os registros de lesão corporal, em decorrência de violência doméstica, caíram 7,4% - de 229,7 crimes por grupo de 100 mil<sup>9</sup> mulheres para uma taxa de 212,7 por 100 mil (IPEA, 2020). Apesar da redução no número de denúncias – o que não significa a diminuição da violência - os números são expressivos: 230.160 mulheres denunciaram violência doméstica em 26 estados brasileiros, sendo o Ceará o único estado que não repassou informações a respeito, de acordo com o anuário. Além disso, a taxa de homicídios de mulheres caiu 2,1% em 2020, passando de 3,7 mulheres mortas por grupo de 100 mil mulheres, em 2019, para 3,6 mortes por 100 mil em 2020. O feminicídio, por sua vez, apresentou variação de 0,7% na taxa, que se manteve estável em 1,2 mortes por grupo de 100 mil pessoas (IPEA, 2020).

Gráfico 6 - Taxa de homicídios femininos e feminicídios, por UF. Brasil, 2020



Fonte: 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Brasil, 2020. Elaborado pela autora.

Conforme o IPEA (2020) apontou no documento, e elaborado no gráfico acima, por estado, o Mato Grosso é o primeiro do ranking, com taxa de 3,6 mortes por feminicídio a cada 100 mil mulheres; seguido de Roraima e Mato Grosso do Sul, ambos com 3 feminicídios por 100 mil mulheres; e Acre, com 2,7. As menores taxas estão no Distrito Federal, que ficou com 0,4 mortes por 100 mil; Rio Grande do Norte, com 0,7 por 100 mil; São Paulo e Amazonas, com 0,8 mortes a cada 100 mil mulheres.

<sup>9</sup> Os dados são do Atlas da Violência de 2020. Fontes: Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica/IBGE e SIM/MS.

### 3.2 Análise dos artigos e representação das entidades do Serviço Social

Escolhemos analisar a frequência de palavras-chaves dos artigos selecionados, depois de propor categorias específicas para a chegada dos resultados obtidos. Foram usadas como conceitos-chave, as categorias de: Raça, Racismo, Gênero/ Sexo, Sistema Cisheteropatriarcal, Questão Social, Estigmas/ Adjetivos negativos e a Transversalidade de Raça, Gênero e Classe, que iam aparecendo ao longo dos artigos analisados.

O conceito de sistema cisheteropatriarcal foi escolhido após a primeira leitura de aproximação dos artigos, e com a segunda leitura sistematizada, pode-se definir o conceito sendo este para representar a sociedade em que estes corpos estão inseridos, que se molda hegemonicamente naturalizando a heterossexualidade e os corpos cisgêneros como única e natural forma de se existir no mundo, desconsiderando que a heterossexualidade é uma construção da nossa sociedade contemporânea, que se estrutura na legitimação do patriarcado e do racismo.

No artigo: Aborto, racismo e violência: reflexões a partir do feminismo negro, as autoras ao expor acerca do surgimento do feminismo branco hegemônico, elas colocam que as feministas “[...] ao tencionar a política de identidade sexual e problematizar sistemas tão caros às sociedades modernas, como o patriarcado, o movimento feminista causa um deslocamento acerca da naturalização que justifica hierarquias sociais” (LIMA; CORDEIRO; 2020, p. 104), entende-se, que este sistema de tensão e contradições, em que as feministas vão se debruçar em busca da superação, é o que categorizamos enquanto cisheteropatriarcal.

O patriarcado se legitima na hierarquia social desde a instituição da família, aonde se determinam os papéis sociais e cumprimento de regras desde a infância, conforme o sexo biológico. Os homens se colocam em posição de poder e determinam às mulheres a existência da submissão e inferiorização e assim com a divisão sexual do trabalho, as mulheres passam a ser exploradas e destinadas ao trabalho reprodutivo e doméstico.

A gênese da concepção de que certas atividades são produtivas e outras reprodutivas ampara-se justamente na definição de espaços e funções sociais díspares conforme o sexo. A distinção entre produção e reprodução é uma forma de afirmar as diferenças sociais nas peculiaridades biológicas, de forma a designar às mulheres, as únicas capazes de reprodução biológica, as atividades reprodutivas e aos homens, que fisicamente não dispõem dessa habilidade, as tarefas produtivas. Cabe lembrar que não se trata apenas de

um processo de diferenciação, mas também de hierarquização no qual a produção, desempenhada pelos homens, apresenta maior relevância social que as atividades que são entendidas como de reprodução, prioritariamente femininas (PASSOS; SOUZA, 2021, p. 199).

E ainda, é preciso salientar que os corpos que não se enquadram nessa naturalização institucional e religiosa que a construção social impõe, são marginalizados, excluídos da dinâmica da sociedade, como se fosse uma questão moralmente de escolha pessoal. Também precisamos destacar que, gênero somado ao marcador social da raça, intensifica as opressões que as mulheres estão destinadas a sofrer na sociedade cisheteropatriarcal, é de suma importância e relevância a intersecção da raça, como é exposto aqui para analisar a divisão sexual do trabalho.

As mulheres então, pobres e negras, são apropriadas e espoliadas pela ordem capitalista-patriarcal-racista, sofrendo privações e violações, desde a dificuldade de inserção no mundo do trabalho, em decorrência da divisão sexual e racial do trabalho, até o seu direito subjetivo à maternidade (CISNE; OLIVEIRA; CASTRO, 2018, p. 457).

Com a instituição do sistema, ocorre a rejeição e estigmatização dos corpos transexualizados, enfim, todos os corpos que não se enquadram no padrão inventado pela sociedade para legitimar a submissão, a coisificação, as violências acometidas contra esses, e ainda, sociedade dominada pelo poder do que é visto como masculino, que tanto tentam silenciar a voz de mulheres, que tanto dificultam a emancipação feminina. “A começar pela própria conceituação do feminino em si excludente ao se conformar a definir exclusivamente mulheres brancas heterossexuais, obrigando a adjetivações várias” (CASTRO, 2021, p. 175-176).

Em outro artigo, a autora ressalta que, “[...] estas diversas formas de iniquidade perpetuam-se em seu cotidiano por estarem inseridas em sociedades que têm em comum as opressões do racismo, do sexismo e as desigualdades econômicas” (LE MOS, 2015, p. 2010), ou seja, a sociedade em que vivemos que se funda com a escravidão e o colonialismo, o estupro de corpos não brancos, tem por base o racismo e o sexismo como categorias tangentes para fundamentar, legitimar o patriarcado, e tantas formas de opressão e violência para os corpos não hegemônicos.

O artigo: E eu (ainda) não sou uma mulher? Gênero, interseccionalidade e silêncio racial, traça a definição do conceito da transversalidade de raça, gênero e classe como:

Parida do intelecto e da experiência de mulheres negras, a interseccionalidade foi transformada em ferramenta epistêmica da academia engessada, embranquecida, eurocentrada e pasteurizada em toda sua potência para pensar a mudança. Pesquisadores fizeram vista grossa ao fato de que o conceito está diretamente ligado à questão racial e passaram a utilizá-lo para analisar corpos que usufruem dos benefícios da exploração de outros. Interseccionalidade não é uma chave universal que serve para dar visibilidade a sujeitos de pesquisa até então ignorados ou parcialmente analisados. Ela é uma operação potente nascida ao refutar o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social, que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual (CASTRO, 2021, p. 179).

Em outro artigo, a interseccionalidade é trazida enquanto um conceito para expor que, “[...] as vulnerabilidades femininas são mais pujantes que a simples soma do racismo com o sexismo e classicismo. A interseccionalidade, portanto, procura abarcar múltiplas formas de identidade, e, a forma que as relações sociais se transversalizam” (PASSOS; SOUZA, 2021, p. 200). Contemplando o que foi trabalhado ao longo deste trabalho, quando nos propomos a relacionar os marcadores sociais de opressão, interseccionando os conceitos-chave para a chegada de resultados.

Apesar do quantitativo de artigos encontrados terem sido poucos, estes trouxeram debates centrais para o tema estudado. Cada artigo trouxe dentro do delineamento de gênero, raça e classe, assuntos diversos como por exemplo, os estigmas sociais que afligem as mulheres negras, a formação social brasileira, os estereótipos de raça e a marginalização da cultura negra, entre outros.

Precisamos destacar também ao fato de que no recorte temporal dos artigos escolhidos (2010-2021) apenas sete (7) títulos foram encontrados nas revistas de Serviço Social, sendo alguns aproximados ao debate pretendido. O que entendemos com isso é que não há produções suficientes que debruçam a debater sobre a sexualidade, corporalidade e gênero acerca do delineamento de raça no Serviço Social.

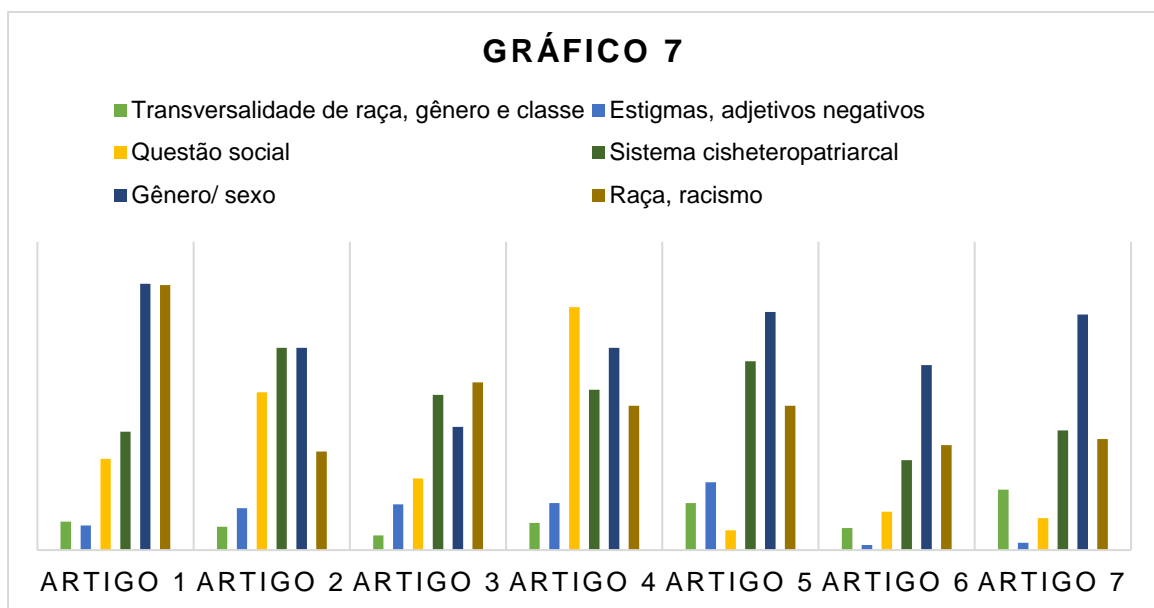




- c) Artigo 3 - “O lixo vai falar, e numa boa!” (Rachel Gouveia) 2021;
- d) Artigo 4 - Aborto, racismo e violência: reflexões a partir do feminismo negro (Nathália Lima, Rosineide Cordeiro) 2020;
- e) Artigo 5 - Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e suas experiências diversificadas (Passos; Souza) 2020;
- f) Artigo 6 - Mulheres negras marcham em 2015 pelo bem viver (Rosalia Lemos) 2015;
- g) Artigo 7 - E eu (ainda) não sou uma mulher? Gênero, interseccionalidade e silêncio racial (Giovana Castro) 2021.

O gráfico elenca a frequência das palavras que se enquadravam dentro dos conceitos-chaves que propomos para a análise e exploração os artigos.

Gráfico 7 – Categorias-chave versus artigos



Fonte: Elaborado pela autora com base nos artigos analisados, 2022.

Identifica-se no gráfico que, a frequência de termos estigmatizantes e adjetivos negativos acerca do tema, foram de maneira geral menos frequentes nos artigos analisados, enquanto as palavras que pairavam à gênero/ sexo e ao conceito de raça e do racismo, foram bem frequentes de modo geral.

Quando se analisa os termos estigmatizantes palavras adjetivas que classificavam os sujeitos no debate proposto, mulheres negras. Palavras como “pobres, baixa escolaridade, encarceradas, invisíveis”, etc. Assim entende-se que mesmo a frequência de aparição ter sido menor se comparando as palavras ligadas à

gênero/ sexo, a centralidade dos debates perpassava por estes estereótipos para fundamentar o debate e descrever a sociabilidade que estão inseridos estes corpos femininos racializados, a forma como são lidos socialmente.

Por se tratarem de artigos do Serviço Social, em que, a centralidade do debate se perpassa nas lutas de classe, de modo geral, entendemos que os artigos analisados, trouxeram para o debate para além de gênero e raça, a transversalidade de classe, e a totalidade do meio social.

Os temas estigmatizantes e que denotam as mazelas sociais conforme a raça e classe de inserção, pode nos identificar, que quando tratado mulheres negras na sociedade brasileira, os estereótipos e marcadores sociais de opressão delimitam os espaços sociais por estas ocupados. “Não devemos perder a dimensão de que esta realidade é condicionada por um sistema capitalista que, ao longo de sua existência, tem mantido expressivas desigualdades econômicas, raciais e de gênero” (LEMOS, 2015, p. 2019).

Todos os artigos trouxeram à luz temas das distintas realidades dos corpos pretos femininos e que precisam ser discutidos e que precisam serem colocados em pauta da proteção social, e na construção de políticas públicas. O que nos traz a reflexão, de qual forma foi construída a identidade da mulher negra na nossa sociedade?

Quanto aos estigmas/ adjetivos negativos atrelados aos corpos negros femininos, Gouveia coloca que “[...] o que ocorreu foi a penalização da mulher negra escravizada devido às suas funções reprodutivas. Ao negar o ser mulher negra está sendo dito que nós não temos o direito ao nosso corpo, o que permite ao branco apropriar-se da maneira que desejar” (PASSOS, 2020, p. 305).

Entende-se que, dessa apropriação violenta do corpo negro surge a legitimação dos estigmas raciais, das violências estruturais e das nomenclaturas estereotipadas e preconceituosas que perpetuam historicamente a vida das pessoas negras na sociedade brasileira, e que:

[...] portanto, a forma como está colocada a existência da mulher negra e do sofrimento a ela destinado na contemporaneidade está vinculada às bases colonialistas, racistas, patriarcais, elitistas e classistas que sustentam a formação social brasileira” (PASSOS, 2021, p. 304).

E quando debatido o tema do encarceramento feminino, no artigo 1, as autoras trazem que “[...] os dados sobre o encarceramento no Brasil tornam explícito o perfil

da mulher privada de liberdade no país: em sua maioria jovem, negra, com baixa escolaridade e mãe” (PICOLLI; TUMELERO, 2019, p. 198), evidenciado o que já pontuamos aqui, os marcadores sociais que propiciam a marginalização e a exclusão desses corpos das tomadas de decisão.

Os artigos debateram esse conceito de estigmas e estereótipos dos corpos negros femininos desmistificando-os e não simplesmente o reproduzindo.

Nessas esquinas sobrepostas, mulheres negras foram relegadas a um plano menor pela historiografia, ocupando no campo de pesquisas o mesmo lugar que lhes foi legado pela tradição escravocrata: o da subalternidade invisível. Alijadas e empurradas para as margens, permaneceram no limbo ou encarceradas pelas leituras estereotipadas, até que assumissem o legado de escrever sua própria história, desenvolvendo uma epistemologia que desse conta da multiplicidade de suas trajetórias (CASTRO, 2021, p. 177-178).

Os textos concordam entre si, no que tange a explanação de que a classe é vivenciada conforme raça e também conforme o gênero. Eles se complementaram nos assuntos específicos que debateram, expondo os marcadores sociais de opressão que estigmatizam, criminalizam, culpabilizam a população negra, em destaque para às mulheres negras e periféricas. “As mulheres brancas, mesmo que de forma restrita, têm escolhas, diferente das mulheres negras e periféricas” (LIMA; CORDEIRO, 2020, p. 106).

Apontam para as violências intragêneros, expondo que não há uma aproximação mútua por parte de mulheres brancas nem mesmo no espaço acadêmico, para com as causas das mulheres negras, uma vez que a raça se sobressaí sobre o gênero e a classe. Como um exemplo, no artigo 7, a autora denota que, “[...] a raça fica mais uma vez de fora em função do privilégio das pesquisadoras brancas de não serem racializadas e, por conseguinte, não racializarem suas pesquisas. (CASTRO, 2021, p. 174).

E ainda, no mesmo artigo a autora pontua que:

Mais uma vez, intelectuais negras avançaram nessa discussão deixando evidente a inexistência de uma solidariedade intragênero e apontando o dedo para as inúmeras diferenças e desigualdades entre mulheres de distintos lugares sociais, experiências religiosas, pertença racial, orientação sexual e de classe, todas oriundas de uma percepção aguda: mulheres brancas jamais pariram amarradas a um tronco para que sua prole reproduzisse as relações do capital (CASTRO, 2021, p. 181).

Como foi destrinchado neste trabalho, os artigos explanaram as opressões de raça e sexo que pairam sobre a mulher negra na sociedade brasileira, desde a gênese

colonialista até a contemporaneidade capitalista, em que o patriarcalismo e conservadorismo ainda ditam as regras da sociabilidade brasileira. No artigo 4 é colocado que:

Importante ressaltar que a violência de gênero é resultado das desigualdades entre homens e mulheres, que, por sua vez, derivam das relações patriarcais que estruturam a sociedade, juntamente com o racismo e o capitalismo (LIMA; CORDEIRO, 2020, p. 112).

Como apontou Passos (2021) “[...] é importante sinalizar que para a mulher negra é negada a sua condição de mulher (p. 4)”. O artigo das autoras (PASSOS; SOUZA, 2020), complementa essa colocação evidenciando que:

[...] portanto, o entendimento das mulheres como categoria homogênea pode invisibilizar no privilégio vivenciado por algumas as contínuas desvantagens que marcam a vida das outras e as relações sociais que as diferenciam, sendo nesse quesito que a questão de classe se ressaí (PASSOS; SOUZA, 2022, p. 201).

As autoras afirmam nos artigos que é negado à mulher negra o exercício da maternidade, o direito ao afeto maternal, ao mesmo tempo em que são condicionadas ao trabalho reprodutivo na divisão sexual do trabalho. E ainda, mandam para a escória da sociedade mulheres negras e periféricas que cometem a ação do abortamento, sem levar em consideração os condicionantes de exclusão, opressão e tantas outras expressões da Questão Social que vivenciam estas mulheres. Como apresentado no artigo 4:

A despeito das polêmicas que envolvem o tema do aborto, o fato é que a intensiva criminalização da prática impacta consideravelmente a vida reprodutiva das mulheres negras. Isso porque o racismo e as relações patriarcais se articulam construindo um contexto específico de desigualdades, omissões e vulnerabilidade para mulheres negras e pobres que precisam recorrer ao aborto clandestino (LIMA; CORDEIRO, 2020, p. 103).

Também evidenciamos nos artigos, a questão do apagamento identitário dos povos negros, seja pelo processo de embranquecimento, seja pela desumanização, alienação, silenciamento e aniquilação cultural, que resultou à uma busca pela padronização ao olhar eurocentrado, à busca pelo encaixe nas relações sociais, na produção e reprodução do capital, como bem evidenciado no artigo 3: “[...] o silenciamento e aniquilação de determinadas existências compõem as estratégias de

um projeto de sociedade que está assentado na distribuição desigual dos poderes e que desumanizou a população negra” (PASSOS, 2021, p. 303).

E o projeto de genocídio do povo não branco, está atrelado à esse silenciamento e apagamento das identidades e das diversidades culturais dos povos, assim entendemos que “[...] a importância da categoria raça se impõe a partir da necessidade de denunciarmos o mito da democracia racial e as tentativas de embranquecimento da população negra brasileira” (LIMA; CORDEIRO, 2020, p. 102), no sentido de superar os estigmas impostos pela categorização humana de raças e classes sociais.

Quanto a Questão Social, nos artigos ela é apresentada em múltiplas formas de violência, desde o racismo à pobreza e apresentação de dados que demonstram a baixa escolaridade de mulheres negras e periféricas na sociedade brasileira, e ainda, o tema aborto que encontramos em mais de um artigo, também é sinalizado enquanto uma expressão da Questão Social. Como identificamos no artigo 2: “[...] nesse sentido, analisamos o aborto como uma expressão da Questão Social a ser enfrentada com compromisso ético-político em defesa da liberdade, da autonomia e da igualdade social para as mulheres” (CISNE; CASTRO; OLIVEIRA, 2018, p. 453).

A recorrência do termo “desigualdades sociais” também é plural e se fez presente nos artigos analisados para expressar condicionantes e facetas da Questão Social na sociabilidade brasileira. E o aprisionamento dos corpos negros como resposta do Estado as múltiplas facetas da Questão Social, é exposto no artigo 1:

A seletividade penal que permeia as prisões brasileiras, evidenciada nos números que caracterizam a população prisional do país, representa as respostas que a democracia branca tem dado às inúmeras expressões da questão social. O Estado vem apostando na criminalização e na punição generalizada de corpos negros e pobres como resposta a ausência de políticas públicas que dêem conta do rastro histórico da desigualdade social no Brasil (PICOLLI; TUMELERO, 2019, p. 202).

O racismo e a violência racial estão presentes nos artigos enquanto refrações da Questão Social

A violência racial de gênero é um dos pilares do capitalismo colonial globalizado (a partir da escravidão), que age como um contínuo histórico-social na vida das mulheres, relegando-as a uma vida precária em todas as esferas sociais: trabalho, escolaridade, renda, saúde, vida reprodutiva, construção de subjetividades etc. (LIMA; CORDEIRO, 2020, p. 113).

No artigo 3, a autora apresenta que as instituições sociais, são fundamentais para a perpetuação e continuidade das refrações da Questão Social, legitimando as desigualdades sociais, raciais, de classe, enfim, diversas opressões acometidas aos corpos negros, para alimentar e engendrar sistema.

Ao compreendermos que as instituições reproduzem as múltiplas violências podemos destacar que possuem um importante e estratégico papel para conter a existência da mulher negra e perpetuar o lugar social que nos foi atribuído. As práticas, ações e saberes que justificam o racismo e a violência compõem esses espaços. Portanto, as instituições que devem proteger os cidadãos cumprem esse papel a partir do momento que atualizam tais práticas direcionadas às mulheres negras, ao negarem a nossa condição de ser mulher, coisificando a existência negra e criminalizando pelas necessidades de sobrevivência (PASSOS, 2020, p. 306).

Os artigos apresentados além de criticar a realidade posta, buscaram apontar mecanismos de resgate da identidade do povo preto, da mulher negra, do empoderamento, através do feminismo negro e da discussão que o movimento trouxe com a intersecção das categorias da raça, gênero, classe social, geracional, espaço territorial, orientação sexual, somadas à totalidade do meio em que estão inseridas, como as instituições de legitimação do sistema e permanência das opressões existentes. E ainda, salientado no artigo 1, que “a ausência de uma análise crítica e histórica das prisões e demais práticas punitivas exercidas pelo Estado, tende a contribuir para a permanência da criminalização da pobreza, do racismo, do sexismo e da LGBTfobia” (PICOLLI; TUMELERO, 2019, p. 207).

E para além das publicações em Revistas do Serviço Social, escolhemos três entidades de representação da categoria, sendo o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, o Conselho Regional de Serviço Social do Tocantins- CRESS-TO, e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, para apresentar os posicionamentos referente ao tema debatido: intersecção do delineamento de raça e gênero sobre os corpos femininos negros.

Não se fez enquanto objetivo, analisar essas publicações como foi feito com os artigos anteriormente. Objetivou-se, somente traçar o quantitativo de títulos e categorizar a frequência que as categorias representativas propõem em explanar o tema aqui apresentado.

No site do CRESS-TO - Conselho Regional de Serviço Social do Tocantins (25ª região), não foi encontrado nenhum documento do tipo artigo, livros, etc., entretanto, haviam notícias publicadas acerca de atividades realizadas pelos membros voltadas

ao combate do racismo, sexismo, e participação de campanhas nacionais promovidas em conjunto ao CFESS, como um exemplo a campanha do dia 25 de Julho: Dia Internacional da Mulher Negra em 2018.

No site da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS, encontramos as seguintes publicações:

- a) GTP em Serviço Social, Relações de exploração/opressão de gênero, raça/ etnia, geração, sexualidades (2014, p. 233-241);
- b) As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate (2019, p. 417-419);
- c) Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social (2019, p. 422-434).

E por fim, foi identificado o número de cinco publicações no site do CFESS - Conselho Federal de Serviço Social, sendo elas:

- a) Marcas de resistência na história da mulher negra - Magali da Silva Almeida (Revista Inscrita nº04);
- b) Racismo, Questão Social e Serviço Social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil - Tereza Cristina Santos Martins (Revista Inscrita nº14);
- c) Série assistente social no combate ao preconceito: O que é preconceito? - Elaboração do texto: Maria Lúcia Silva Barroco. Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017), Brasília (DF), 2016;
- d) Série assistente social no combate ao preconceito: Racismo - Elaboração do texto Roseli Rocha. Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017), Brasília (DF), 2016;
- e) Assistentes Sociais no Combate ao Racismo- Livro - Gestão É de batalhas que se vive a vida (2017-2020), Brasília (DF), 2020.

As campanhas são de suma importância tanto na graduação quanto já no exercício profissional. Os textos dão base aos profissionais já formados que estão trabalhando, incentivando uma qualificação continuada na defesa dos direitos no atendimento ao usuário, no respeito à subjetividade feminina, na não categorização de toda uma pluralidade de sujeitos por conta da raça e gênero.

E reforçam que precisamos lutar contra todas as formas de preconceitos e sexismo presentes na nossa sociedade, e para além, não compactuar com a

feminilização da pobreza, pois esse pensamento é excludente, e diretamente está ligado ao delineamento de raça para além do gênero e classe social.

Neste cenário de retiradas e retrocessos reforçados no atual governo, que deslegitima o percurso histórico nas políticas públicas (esferas que empregam assistentes sociais), traz de volta os estigmas e preconceitos no enfrentamento das expressões da Questão Social, inviabilizando e burocratizando o acesso à assistência social.

Vivemos numa sociedade hegemonicamente hétero-patriarcal e cisgênero, que colocam as mulheres e a feminilidade como inferiores e vulneráveis ao comparativo do que é considerado masculino. A feminização e pauperização da pobreza reforça o ranço conservador do Estado que legitima os marcadores sociais para além da classe, de raça, gênero, geracional e ocupação territorial, aonde prevalece as desigualdades nas relações de poder e de gênero.

Pode-se observar que há um posicionamento crítico e participativo no que se refere as questões das mulheres negras por parte do CFESS, CRESS-TO, e ABEPSS, no enfrentamento dos estigmas, da violência de gênero, do racismo estrutural, enfim, toda e qualquer forma de inferiorização, discriminação e exclusão. No entanto, a frequência se destaca as datas específicas em que são destinadas para campanhas combativas nacionais, como o Dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha.



## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estereótipos racistas da supermulher negra forte são mitos que atuam nas mentes de muitas mulheres brancas, que lhes permitem ignorar até que ponto as mulheres negras têm probabilidades de ser vitimizadas nesta sociedade, e o papel que as brancas podem cumprir na manutenção e perpetuação dessa vitimização (HOOKS, 2005, p. 14).

A construção deste Trabalho de Conclusão de Curso não teve a intenção de esgotar e/ou trazer respostas únicas ao debate estabelecido, visamos antes de tudo contribuir ao debate acadêmico em uma posição crítica e ético-política.

No caso da relação entre o racismo e o sexismo na atualidade, que paira sobre os corpos de mulheres negras, buscou-se traçar a construção social acerca das relações de gênero, possibilitando a compressão do patriarcalismo no sistema capitalista, e das relações de gênero e raça, das divisões do trabalho pelas categorias aqui tratadas, no cerne da contemporaneidade brasileira.

Através dessa sistematização, foi possível refletir acerca das manifestações dos sujeitos, considerando todos os aspectos culturais, históricos, econômicos e territoriais, que se relacionam à forma em que a ideologia dominante se legitima. A história do Brasil foi culturalmente fundamentada em torno da constituição do racismo e do sexismo no âmbito das particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro.

A priori, percebe-se que o conceito de imagem de controle cunhado por Patrícia Hill Collins se faz latente e determinante quando identificamos a imagem da mulher negra na sociedade brasileira. A autora pontua que são estereótipos dinâmicos à medida em que se estabelecem padrões de feminilidade diferentes em culturas e etnias diferentes, mas sempre sendo um padrão de hegemonia branca, heterossexual e eurocêntrico.

O duplo caráter de servil e sexual, construído acerca da imagem da mulher negra brasileira, categoriza os corpos neste delineamento de raça e gênero em locais de silenciamento e subserviência ainda na atualidade, historicamente servindo para desumanizar e coisificar as mulheres negras.

Mulheres no geral estão sujeitas a reproduzirem o machismo, pois vivemos numa sociedade de alienação e dominação, e assim mulheres brancas com o feminismo liberal, em nada pautaram as legitimidades de mulheres não brancas. Buscavam por ocupações no mercado de trabalho, quando mantinham empregadas domésticas negras, em condições vexatórias e insalubres.

A dupla jornada de trabalho acarreta as mulheres no sentido de que, além de manter as provisões ou complementar a renda da casa, fica a cargo da mulher as tarefas domésticas, as funções consideradas femininas, como o cuidado com os membros familiar, a educação dos filhos, etc. O modelo de relação monogâmico, corrobora nesta sobrecarga da mulher, que se intensifica quando há sobre ela outros marcadores sociais de exclusão, como a raça e a orientação sexual. A família enquanto instituição social, correlaciona com o gênero, diante dessa distinção de papéis sexistas que configuram na estrutura patriarcal da sociedade burguesa.

E ainda, vale ressaltar que este trabalho doméstico não é remunerado, é tido como já colocado, uma obrigação imposta pelo sexo biológico, como uma função natural do gênero feminino. Porém destacamos que isto faz parte da construção social, da subordinação da mulher, aqui evidenciadas as mulheres negras, enquanto uma ferramenta ideopolítica do capitalismo para a perpetuação e a manutenção do poder patriarcal de controle social.

Amplas redes midiáticas, em especial dos programas de entretenimento, usam desse controle de imagem para enquadrar corpos negros induzindo o telespectador a uma ideologia que deprecia os corpos negros, e normalizam legitimando o padrão de comportamento da mulher negra na sociedade brasileira, e ainda, sendo este o padrão branco e hétero, qual espaço que sobra para as mulheres negras ocuparem na sociedade, na política, nas instituições sociais?

A construção identitária precisa ser constantemente defendida e resistir aos apelos de enquadramento e de tentativas de apagamento dos nossos corpos, “a autodefinição responde à dinâmica de poder envolvida na rejeição das imagens controladoras e definidas externamente da condição de mulher Negra” (COLLINS, 2019, p. 26). Resistir não se torna bem uma opção para as mulheres negras, resistir é uma ferramenta para se manter viva em busca de uma relativa autonomia.

E quando uma mulher negra ganha voz, em especial numa esfera de poder público, rapidamente à colocam como agressiva, intolerante, arrogantes e prepotentes. Isso se deve ao fato de que nos é negado pertencer à estes espaços, à sermos corpos pensantes e políticos.

A mulher negra tem que se provar o tempo todo auto suficiente, e a mídia aproveita de situações isoladas de alcance de sucesso para que uma mulher negra carregue o peso de representar à todas, neste sentido a imagem de controle funciona enquanto mecanismo de desvalorização de um grupo múltiplo e diverso, e se caso

esta mulher negra posta como representante de todas as outras mulheres negras erre de alguma forma, todas as outras sofrerão as consequências sendo descredibilizadas e arrastadas para escanteio.

A sociedade em que vivemos ainda está longe de superar os estigmas e as mazelas sociais, e vimos ao longo deste trabalho que mesmo após abolição da escravidão seguem matando corpos negros e aprisionando-os em estigmas de opressão e exclusão social, em novas roupagens de escravidão moderna.

O empoderamento das mulheres negras é de suma importância no enfrentamento do racismo, além de políticas sociais e ações afirmativas que as tratem enquanto sujeitos livre e autônomas de suas ações.

Considerando o sistema capitalista indissociável de todas as formas de expressão das desigualdades, cujo viés político e econômico é a acumulação do capital em poucas pessoas, temos de entender que, somente com a emancipação feminina, atingiremos a emancipação humana, em sua totalidade, a superação de todas as formas de opressão e violência, assim a superação do capitalismo, objetivando uma sociedade igualitária, mais justa, de igualdade e plena liberdade.

Ficou evidente a necessidade de um feminismo negro interseccional, que se pauta em múltiplos marcadores de discriminação: gênero, raça e classe, e que vise para a construção de saídas para a pluralidade das mulheres negras que sofrem as mazelas sociais, a marginalização e a exclusão nos espaços sociais.

No campo teórico do Serviço Social, percebeu-se que não há um número expressivo de publicações referente ao tema, e uma hipótese se refere à falta de espaços abertos para mulheres negras publicarem.

Pode-se observar que as categorias representativas têm um posicionamento participativo no que se refere as questões das mulheres negras, porém, a frequência se baseia em datas específicas em que são destinadas para campanhas combativas nacionais, como o Dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha. Ou seja, há um déficit de publicações e de debates em outros momentos, que não sejam na agenda em datas específicas para o combate do racismo e outras formas de violação.

A participação ativa dos profissionais do Serviço Social no combate ao racismo e outras formas de violência, são fundamentais para o enfrentamento das violações do usuário do sistema, no entanto o debate étnico-racial ainda é bem fragilizado neste campo.

Não é possível esgotar estas problemáticas aqui. Este é um tema de extrema importância e necessidade para a construção da identidade negra, e para o diálogo antirracista e antissexista, assim bem como, para o enfrentamento das questões que afligem diariamente as mulheres negras nesta sociedade. É um debate amplo, que denota a necessidade da intervenção estatal e a quebra de estigmas que decaem sobre a população negra, seja pelas redes midiáticas, seja pela negação do racismo como o mito da democracia racial.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)
- Akotirene, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)
- BRASIL. **Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 24 set. 2021.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. 1 Ed. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. **Gênero, raça e ascensão social**. Ano 3, segundo semestre de 1995 Disponível em: <https://www.geledes.org.br>. Acesso em: out. 2020.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos avançados 17 (49), 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em Out. 2020.
- CASTRO, Giovana de Carvalho. E eu (ainda) não sou uma mulher? Gênero, interseccionalidade e silêncio racial. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 19, n. 47, 2021.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Série assistente social no combate ao preconceito-racismo** – Caderno 03. Brasília, 2016.
- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). **Atlas da violência 2020**. Brasília: Ipea; FBSP, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em abril de 2022.
- CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.8)
- CISNE, Mirla; CASTRO, Viviane Vaz; OLIVEIRA, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de. Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres. **Revista Katálysis**, v. 21, p. 452-470, 2018.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. Tradução Jamile Pinheiro Dias. 1 Ed. Boitempo, 2019.
- DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. 1. Ed.- São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: FBSP; 2021 Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em dez. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALES, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009, p. 701-718.

HARDING, Sandra; PEREIRA, VERA. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos feministas**, p. 7-32, 1993.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015.

HOOKS, Bell. **Alisando nosso cabelo**. Revista Gazeta de Cuba – Unión de Escritores y Artistas de Cuba, jan./fev. 2005. Tradução: Lia Maria dos Santos.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. In: **Temporalis**, n. 3, ano 2 (jan./jun.2001). Brasília: ABEPSS/Odisséia, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Projeções da População**. Rio de Janeiro: IBGE. s.d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em dez. de 2021.

LANDES, Ruth. 2002. **"A Cidade das Mulheres"**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

LEMOS, Rosália de Oliveira. Mulheres Negras marcham em 2015 pelo bem viver. **Revista Ser Social**, v. 17, n. 36, p. 207-224, 2015.

LIMA, Nathália Diórgenes Ferreira; CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. Aborto, racismo e violência: reflexões a partir do feminismo negro. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, v. 18, n. 46, 2020.

- MENDES, Soraia da Rosa. **Processo penal feminista** / Soraia da Rosa Mendes. – 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.
- MÉSZÁROS, István. **O Poder da ideologia**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MINAYO, M. C.(Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21<sup>a</sup> ed, Petrópolis: Vozes, 2002.
- MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.
- PAULO NETTO, José. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- PASSOS, Luana; SOUZA, Lorena. Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e suas experiências diversificadas. **Revista Katálysis**, v. 24, p. 198-209, 2021.
- PASSOS, Rachel Gouveia. O lixo vai falar, e numa boa! **Revista Katálysis**, v. 24, p. 301-309, 2021.
- PEREIRA, A. C. J. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social**, 2016, 234 f., Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- PICOLLI, Ana Clara Gomes; TUMELERO, Silvana Marta. Mulheres e seletividade penal: “raça” e classe no encarceramento feminino. **Temporalis**, v. 19, n. 38, p. 196-211, 2019.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. (2009). **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres**. Disponível em: [http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth\\_Saffioti.pdf](http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf). Acesso em out. de 2020.
- SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? Labrys. **Estudos Feministas** (Online), v. 11, p. 45, 2007.
- TOSI, Giuseppe. In: **Direitos Humanos: História, teoria e prática**. João Pessoa, Editora UFPB, 2004. Direitos Humanos: reflexões iniciais.
- WILLIAM, Rodney. **Apropriação cultural**. São Paulo: Pólen, 2019. 208 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

APÊNDICE A - ROTEIRO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

APÊNDICE B - QUADRO 1 – ARTIGOS SELECIONADOS PARA A ANÁLISE DE  
CONTEÚDO



## APÊNDICE A

### ROTEIRO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Tema: Racismo e sexismo no Brasil contemporâneo

Objetivo Geral: Analisar o debate contemporâneo no Brasil sobre corpos de mulheres sexualizadas e racializadas e as formas de resistência do poder dominante.

Palavras-chaves: Racismo. Sexismo. Mulheres negras. Relações de gênero. Feminismo.

1. Critérios para seleção de material: Publicações online (digital); Temporalidade: 2010-2021; Temas mais focalizados e recentes;
2. Localização: Artigos publicados em periódicos reconhecidos; livros e artigos de autoras propostas previamente;
3. Referências a modo de vida da população negra na contemporaneidade (significado social atribuído pelos sujeitos a seu viver histórico, objetivos de ações, valores, crenças, costumes, sentidos atribuídos, opiniões, sonhos e condições materiais de existência);
4. Formação sócio- histórica brasileira com ênfase para a construção social dada aos delineamentos de raça, gênero e classe;
5. Ênfase nas políticas públicas atuais que são para mulheres;
6. Organização da Leitura: Por conteúdo e data - mais recentes para os mais antigos;
7. Organização do material: Sistematização dos fichamentos contendo breve síntese;

Análise e conclusão: Elaboração das considerações finais e relatório final.

## APÊNDICE B

### QUADRO 1 – ARTIGOS SELECIONADOS PARA A ANÁLISE DE CONTEÚDO

	Revista digitalizada	Quantidade de artigos iniciais	Refinamento depois da leitura do resumo	Títulos encontrados e ano da publicação
1	Temporális (a data foi desde 2012, pois só estavam digitalizados à partir desta data)	15 Títulos	1 Título	I. Mulheres e seletividade penal: “raça” e classe no encarceramento feminino (Ana Picolli; Silvana M. T.) 2019
2	Katalysis	24 Títulos	3 Títulos	I. Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres (CISNE; OLIVEIRA; CASTRO) 2018; II. Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e suas experiências diversificadas (Passos; Souza) 2020; III. "O lixo vai falar, e numa boa!" (Rachel Gouveia) 2021
3	Serviço Social e Saúde (UNICAMP)	6 Títulos	0	
4	Praia Vermelha (UFRJ)	4 Títulos	0	
5	Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea (UERJ)	20 Títulos	2 Títulos	I. Aborto, Racismo e Violência: Reflexões a partir do Feminismo Negro (Nathália Lima, Rosineide Cordeiro) 2020; II. E eu (ainda) não sou uma mulher? Gênero, interseccionalidade e silêncio racial (Giovana Castro) 2021
6	Serviço Social e Sociedade	17 Títulos	0	
7	Ser Social	7 Títulos	1 Título	I. Mulheres negras marcham em 2015 pelo Bem Viver (Rosalia Lemos) 2015
8	O Social em Questão (PUC RIO)	10 Títulos	0	
9	Ciências Sociais Unisinos	9 Títulos	0	
10	Serviço Social em Revista	8 Títulos	0	
11	Barbarói (UNISC)	8 Títulos	0	